



LABUS

**CONSULTORIA, PESQUISA E
ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA.**

Responsáveis pelo Relatório

Arq. Jaqueline Menegassi

Arq. Karla Moroso

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ETAPA I - METODOLOGIA

Cariacica / Espírito Santo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

Contrato de Prestação de Serviços nº 042/2012

VERSAO REVISADA – AGOSTO 2013



**LATUS CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS
LTDA**

Coordenação Técnica:

Arq. Cláudia Damasio

Econ. Gevaci Perroni

Arq. Jacqueline Menegassi

Responsabilidade Técnica:

Arq. Jacqueline Menegassi

Arq. Karla Moroso

Equipe Técnica:

Adv. Ana Paula Marcante

Arq. Karla Moroso

Arq. Grace Machado

Ass. Soc. Camila Nelsis

Ass. Soc. Isadora Fagundes

Eng. Civil Tayrone Bueno Pedroso

Desenhista Marlene Chaves

Adm. Juliana Burin

Adm. Renato Gomes

Acad. Leonardo Ritta

Acad. Tiago Silveira

Acad. Jéssika Alves

Acad. Eduardo Ribasqui



Prefeitura Municipal

Prefeito:

Geraldo Luzia de Oliveira Junior

Vice-Prefeito:

Bruno Polez

Secretario De Desenvolvimento Urbano e Habitação:

Carlos Renato Oliveira Alves

Coordenação do PLHIS

Coordenação Geral - Adriano Djar Souza Silva

Sub-Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Coordenação Executiva - Regina Marta Silva Ribeiro

Coordenadora de Fiscalização Urbanística

Equipe Técnica

Cesar Sá de Oliveira

Gerência de Controle Urbano

Viviane Leilane H Freire

Gerência de Habitação

Daniela Bastos

Assessora Assuntos Técnicos e Administrativos

Heliomar Sacramento Guilherme

Gerência de Planejamento Urbano

Equipe de Elaboração (2012)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Coordenação:

Eng. Ricardo Vereza Lodi

Secretario

Arq. Marcos Felipe da Costa

Sub-Secretario

Equipe Técnica:

Arq. Andreson Esteves

Gerência de Regularização Urbana

Arq. Carlos Silvestre Oliosia Pari

Gerência de Controle Urbano

Arq. Mariana Lima Cardoso

Gerência de Projetos de Engenharia e Arquitetura Pública

Ass. Social: Terezinha de Jesus de Oliveira

Gerência de Habitação

Arq. Bianca Souza Pereira

Gerência de Planejamento Urbano

APRESENTAÇÃO - VERSAO REVISADA

Com a elaboração do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social Cariacica vem cumprir com as determinações da lei 11.124/2005 que, ao instituir o Sistema Nacional de Habitação, remete aos entes federados a obrigatoriedade de adesão. A sua elaboração e a efetivação do Conselho e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social são os requisitos para adesão ao Sistema. Cariacica tem seu Conselho e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social instituído pela lei 4.404/2006.

O processo de elaboração do PLHIS de Cariacica foi realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, no período de junho a dezembro de 2012 envolvendo agentes públicos e sociedade organizada na sua formulação. A Audiência Pública realizada em seis de dezembro de 2012 aprova o PLHIS do Município.

Entretanto, o período é de processo eleitoral e dele resulta nova gestão administrativa, acarretando uma descontinuidade na finalização do processo e retardando o encaminhamento dos documentos que concretizam o PLHIS.

Os produtos correspondentes às duas primeiras etapas do debate – Metodologia e Diagnostico Habitacional foram elaborados, e entregues à SEMDUR no ano de 2012 e início de 2013 para encaminhamento e análise pela CEF. Desta análise resultam as versões revisadas que incorporam aos produtos antes apresentados as recomendações e complementações solicitadas. O terceiro produto – Plano de Ação, recentemente reapresentado a nova gestão da SEMDUR possibilita o encaminhamento do ultimo documento que integra e finaliza o PLHIS.

O documento Metodologia de Elaboração do PLHIS de Cariacica – Versao Revisada (agosto 2013) incorpora as recomendações e/ou complementações ao produto, inserindo no texto originalmente entregue o solicitado.

Destaca-se, de forma particular, em relação à recomendação de redefinição da equipe de gestores e técnicos responsáveis pelo acompanhamento da aprovação dos documentos que efetivam o PLHIS de Cariacica, que a nova equipe esta registrada em nota de rodapé quando da apresentação dos quadros definidos quando da elaboração da metodologia, e nas paginas iniciais de apresentação deste documento. Mantem-se, entretanto, no quadro e na apresentação, também a nominata dos gestores e técnicos que participaram do processo no período em que o produto foi desenvolvido.

Cabe registrar ainda, que a Comissão Municipal de Acompanhamento não teve nomeados representantes, nem por parte da Administração Municipal, nem por parte das demais representações. Foi chamada a participar primeiramente no momento de capacitação, quando foi solicitada a cada instituição, a nomeação de um representante, o que não se efetivou. Os convites para participação nos momentos determinados pela metodologia na elaboração do diagnostico foram sempre encaminhados à instituição solicitando representação. O processo esta descrito no documento diagnostico. Tal procedimento esta descrito no documento Diagnostico Habitacional.

Por fim, as demais solicitações foram inseridas no corpo do texto, no Capítulo 4, item 4.1.

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 O Plano Local de Habitação de Interesse Social no Contexto Nacional	16
1.2. Objetivos, Abrangência e Quadro de Referências do PLHIS.....	17
1.2.1. <i>Marco Regulatório</i>	18
1.2.2. <i>Conceitos Básicos</i>	19
1.2.3 <i>Arcabouço técnico, conceitual e metodológico da PNHIS</i>	20
1.2.4. <i>Referências Locais e Regionais:</i>	20
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARIACIA	21
2.1. Aspectos demográficos, econômicos e sociais do Município de Cariacica	23
2.2. O Contexto Institucional e de organização e participação dos atores sociais	28
3. CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	31
3.1 Diretrizes para uma metodologia participativa, integrada com o PDM e articulada através do Programa PRO-URBI	33
3.2 Estruturas para elaboração do PLHIS: articulação, instâncias e atribuições.....	34
3.3. Estratégias para Promover a Participação da Sociedade na Elaboração do PLHIS	37
3.4. Cronograma de eventos de discussão com a sociedade	39
4. DOS PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLHIS	41
4.1. Etapas e Produtos do Desenvolvimento do PLHIS :	43
4.2. Elaboração do Diagnóstico Habitacional:.....	43
4.3. Elaboração das Estratégias de Ação:.....	48
4.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:	50
5. ANEXOS.....	51

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 01 - Estruturas de Elaboração do PLHIS	34
---	----

GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução da População nos municípios da Grande Vitória	23
Gráfico 02 - VAB dos municípios analisados por Setores (2009)	25

QUADROS

Quadro 01 - Composição e Atribuições das Instancia de Elaboração do PLHIS	35
Quadro 02 - Equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	36
Quadro 03 - Composição da Comissão de Acompanhamento Municipal.....	36
Quadro 04 - Equipe da Latus Consultoria.....	37
Quadro 05 – Síntese das principais fontes de dados e informações para o PLHIS de Cariacica	46

Tabela 01 - Crescimento Populacional dos Municípios Analisados	24
Tabela 02 - Evolução do PIB dos Municípios analisados em termos reais (valores 2009)	25
Tabela 03 - Evolução da Renda <i>per capita</i> e do Valor Adicionado Bruto de Cariacica . Valores reais (2009)	26
Tabela 04 - Aspectos do Mercado de Trabalho de Cariacica.	26
Tabela 05 - Dinâmica do Emprego em Cariacica.	26
Tabela 06 - Renda Domiciliar per capita – Media comparada.	27
Tabela 07 - Renda Domiciliar per capita – Municípios Analisados.....	27

Em 10 de julho de 2001, o Congresso Nacional instituiu a Lei 10.257, denominada Estatuto da Cidade, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo. Os municípios brasileiros têm, na lei federal, princípios, diretrizes e instrumentos que orientam e instruem os governos locais para a elaboração dos Planos Diretores Participativos. O PDP é instrumento indispensável para orientar a política de desenvolvimento e expansão urbana municipal e torna-se pré-requisito básico para todos os municípios que intencionam adotar processos de gestão do uso do solo, que capaz de promover um desenvolvimento equilibrado e socialmente justo. Norteador das políticas e planos setoriais, cabe ao PDP o importante papel de definir a função social da propriedade urbana.

Em 16 de junho de 2005, foi sancionada a lei 11.124 que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, com o objetivo de viabilizar à população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna. O Sistema Nacional de Habitação, principal instrumento da Política Nacional de Habitação, estabelece as bases do desenho institucional que se propõe participativo e democrático, prevê a integração entre os três níveis de governo e os agentes públicos e privados envolvidos com a questão habitacional, definindo regras que asseguram a articulação financeira de recursos não onerosos e onerosos, capaz de atender à diversidade da demanda habitacional com foco prioritário na habitação de interesse social.

Em verdade, a política nacional de habitação resgata um pacto social de enfrentamento da histórica dívida social acumulada no Brasil em relação à carência habitacional, produto de uma urbanização que segrega e exclui. E, nesse sentido, amplia a compreensão do direito à moradia, que, no atual contexto, abarca não só o direito à unidade habitacional, o “teto”, mas o direito à cidade e a todos os benefícios urbanos que dela decorrem. Cabe aos municípios aderirem ao Sistema Nacional de Habitação para que a política habitacional se implemente na escala local, efetivando o direito à cidade.

O PLHIS, juntamente com o Conselho e o Fundo Local de Habitação, é requisito básico para que um município possa ter acesso ao repasse de recursos habitacionais do Orçamento Geral da União que, a partir de 2006, passaram a compor o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social/FNHIS. Essa condição, aliada à importância de se contar com um planejamento estratégico para o tema, torna sua elaboração uma necessidade premente para todo o município brasileiro.

Com o presente documento, o município de Cariacica inicia a elaboração do instrumento que lhe falta para efetivar sua adesão ao SNHIS – o PLHIS. Trata-se do primeiro, de um conjunto de três produtos que correspondem às três etapas de elaboração do PLHIS sugeridas pelo Ministério das Cidades: Metodologia, Diagnóstico do Setor Habitacional e o Plano Estratégico.

Cabe destacar, entretanto, o contexto particular em que este processo ocorre no município de Cariacica.

Atendendo aos preceitos constitucionais, Cariacica cumpre com as determinações da normativa Federal ao elaborar e aprovar o seu Plano Diretor Municipal pela Lei 018/2007, e ao aderir ao SNHIS. E, ainda, propõe, segundo o que determina o Estatuto da Cidade, a atualização das demais leis que regulam a vida urbana e orientam e normatizam as políticas urbano e habitacional em sintonia com o estabelecido pelo PDM. Assim, trazendo para o âmbito local a concepção integrada e transversal do planejamento urbano, Cariacica avança ao propor a elaboração dos demais instrumentos de gestão urbano-habitacional, de forma articulada e em consonância com o Plano Diretor do Município e o Estatuto da Cidade, através da criação do Programa de Políticas Urbanas Integradas - o Pro-Urbi.

Formulado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação o Pro-Urbi pode ser definido como um conjunto de ações articuladas, sequenciais e multidisciplinares voltadas à elaboração de planos, projetos e instrumentos para a gestão urbano-habitacional, concebidos dentro de uma mesma política urbana com diretrizes e objetivos comuns.

Serão elaborados, nesta etapa do Pro-Urbi, o Plano Local de Habitação de Interesse Social, o Plano Municipal de Regularização Fundiária, incluindo um projeto piloto, e revisados outros três instrumentos normativos – o Código de Obras, o Código de Posturas e a Lei do Parcelamento do Solo.

Assim, a proposta metodológica, a seguir apresentada, realizada no período correspondente a junho e julho de 2012. Adota as recomendações instruídas pelo SNH e estrutura as duas etapas subsequentes com base na metodologia elaborada para o Pro-Urbi, integrando ações e estabelecendo referências comuns que embasam o conjunto dos trabalhos. Estabelece as estruturas para sua elaboração, norteia procedimentos, define conteúdos e estabelece como a proposta deverá ser pactuada com a sociedade. Acompanham este documento, os anexos que registram as atividades desenvolvidas para sua elaboração.

1.1 O Plano Local de Habitação de Interesse Social no Contexto Nacional

Os problemas habitacionais são as marcas mais visíveis de um processo de desenvolvimento excludente e iníquo. Portanto, trabalhar para a minimização desses problemas e para a criação de estratégias de gestão que coloquem a moradia digna como um direito efetivo de todos os cidadãos é condição para que possamos estabelecer caminhos mais justos e sustentáveis para as gerações futuras. Ter uma casa segura, adequada, atendida pelos serviços necessários é, sem dúvida, vetor de desenvolvimento e inclusão social.

Depois de um longo período de estagnação pós-extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação), assiste-se a uma ampliação significativa da capacidade de investimento federal para a produção habitacional de caráter social, além de uma reorganização jurídico-institucional que coloca a habitação na pauta dos temas prioritários a nível nacional. Dessa forma, aprova-se no âmbito do Conselho Nacional das Cidades, em 2004, o documento que orienta a Política Nacional de Habitação e, em 2005, a Lei Federal que institui o Sistema – SNH e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Por fim, é aprovado em 2009 o Plano Nacional de Habitação – PlanHab, o qual tem por objetivo planejar as ações públicas e privadas, em médio e longo prazo, para equacionar as necessidades habitacionais do país.

Este novo quadro institucional e jurídico da política habitacional complementa-se, de forma mais ampla, com os dispositivos da Lei Federal Nº. 10.257/2001, o Estatuto da Cidade e, no nível local, com os conteúdos pertinentes aos planos diretores. Compreende-se, desta forma, o direito à moradia não só como o direito à unidade habitacional, mas sobremaneira, como o direito pleno à cidade e a todos os benefícios urbanos que dela decorrem.

Convém ressaltar ainda a importância da consolidação do processo democrático que se baseia na participação da sociedade civil organizada em novos canais de representação. Desde a 1ª Conferência Nacional das Cidades, inúmeras reivindicações populares foram apresentadas e encaminhadas como diretrizes jurídicas que apontam para a urgente necessidade de políticas integradas e programas nas áreas de habitação popular a partir da criação e fortalecimento de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano que contemple, além da moradia digna, o saneamento ambiental, o transporte e a mobilidade, a regularização fundiária. Também surgem demandas para o fortalecimento da estrutura administrativa municipal, da capacitação de gestores públicos e da sociedade civil de modo a acompanhar o novo enquadramento técnico e jurídico da questão urbana no país.

E na busca de ações que venham a consolidar a nova política habitacional, diferentes projetos começam a ser implementados em todo o país. Em 2009, o Governo Federal lança um pacote de financiamento habitacional em larga escala denominado “Minha Casa, Minha Vida”. Trata-se de uma oportunidade ímpar para que os municípios brasileiros reduzam o quadro das necessidades habitacionais de sua população mais vulnerável contando com a atuação também do agente privado. Neste contexto, é importante que se destaque a necessidade que as administrações municipais estejam preparadas para gerenciar o processo de captação de

recursos, canalizando-os para aquelas famílias que compõem o seu déficit habitacional prioritário, e para a construção de empreendimentos habitacionais adequados a sua realidade territorial.

Assim, o Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Cariacica tem como objetivo principal criar novas condições de gestão da política habitacional apontando caminhos para que se promova a redução significativa das necessidades habitacionais locais e planejando seu futuro. De outra sorte, o PLHIS também deve ser um meio para que o município capacite-se institucionalmente, articulando de forma programática ações que integrem a política habitacional ao desenvolvimento urbano de forma mais geral, seja do ponto de vista das estratégias de uso e ocupação do solo, de atendimento social, de geração de emprego e renda, de preservação ambiental, de estruturação do território etc. Trata-se também de uma oportunidade de introduzir um sistema de gestão da questão habitacional de avaliação permanente dos resultados das políticas empreendidas, de casamento entre uma demanda ainda não atendida a novas alternativas de oferta, de busca de novas fontes de financiamento, de integração entre os distintos agentes e do cumprimento efetivo da função social da propriedade e da cidade.

Esses são objetivos que devem ser cumpridos em etapas, na medida em que o PLHIS – acompanhando as orientações do Plano Nacional de Habitação – deverá estabelecer o planejamento da política habitacional do município até o ano de 2023. Paralelamente a isto, é importante que o próprio processo de elaboração do PLHIS já instrumentalize o Município para ações de curto prazo, como as decorrentes da adesão ao Programa "Minha Casa, Minha Vida" qualificando decisões e a implementação de ações imediatas e urgentes propostas pelo governo e pelos agentes privados para acesso aos recursos disponibilizados.

O PLHIS elaborado em consonância com a Política Nacional de Habitação de Interesse Social, juntamente com o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação, é requisito básico para que um município possa ter acesso aos recursos financeiros do Fundo nacional de Habitação. Essa condição, aliada a importância de se contar com um plano estratégico para a questão, torna a elaboração de um PLHIS uma necessidade premente para os municípios brasileiros.

1.2. Objetivos, Abrangência e Quadro de Referências do PLHIS

O PLHIS deve ser elaborado com o objetivo de constituir-se como documento referencial e estratégico de um processo permanente de planejamento das ações relativas à política habitacional. Segundo recomenda a SNH, sua elaboração deve abranger o município como um todo, incluindo área urbana e rural, e ter como foco principal a habitação de interesse social.

“O Plano Local de Habitação de Interesse Social deve ser entendido como um conjunto de objetivos e metas, diretrizes e instrumentos de ação de intervenção que expressem o entendimento dos governos locais e dos agentes sociais a respeito da maneira como deve ser orientado o planejamento local do setor habitacional, especialmente habitação de interesse social, por meio de suas diversas modalidades de atuação, visando promover o acesso à moradia digna, especialmente aos extratos de baixa renda, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados na localidade.”¹

¹ SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO, Ministério das Cidades. Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Guia de Adesão para Estados, DF e Municípios. Brasília, 2006.

Para se cumprir com o objetivo de orientar o planejamento do setor habitacional, parte-se de um conceito mais amplo da moradia que extrapola os limites da casa, no seu sentido restrito, para uma concepção da unidade habitacional inserida no contexto urbano e do direito à cidade. E do direito à moradia como direito social independente da localização urbana ou rural. Assim, para fins de elaboração deste PLHIS considera-se Habitação de Interesse Social aquela que incorpora todas as condições necessárias para se viver com dignidade, tais quais: padrões adequados de habitabilidade, acesso à infra-estrutura, ao saneamento, à mobilidade, ao meio ambiente, e de forma a atender às necessidades das famílias de menor renda.

Pretende-se que o PLHIS seja um instrumento de suporte à tomada de decisão, que aponte soluções alternativas aos problemas identificados, construindo cenários de superação dos problemas diagnosticados e elencando prioridades e metas de curto, médio e longo prazos.

Considera-se ainda que o PLHIS fica fortalecido quando elaborado no contexto de um Sistema Local de Habitação de Interesse Social completo, articulado à constituição efetiva do Conselho e Fundo Habitacional Municipal. Assim, seus objetivos extrapolam o âmbito do setor público passando a servir como suporte à tomada de decisão também da sociedade representada pelo Conselho de Habitação.

Destaca-se, na sequência, as referências conceituais, normativas, e técnicas que irão orientar a elaboração do PLHIS do município de Cariacica.

1.2.1. Marco Regulatório

- Lei 10.257, de 2001, Estatuto da Cidade: Surge para regulamentar o capítulo da política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal de 1988. É o balizador da política urbana brasileira. Tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade, oferecendo um conjunto de instrumentos de intervenção e ordenamento de seus territórios. A lei explicita a função social da cidade e da propriedade urbana atribuindo aos Municípios a tarefa de promoção o seu pleno cumprimento, tendo como principal instrumento seu Plano Diretor;
- Lei 11.124 de 2005 - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social: Após a aprovação em 2004 do documento que orienta a Política Nacional de Habitação (no âmbito do Conselho Nacional das Cidades), institui-se em 2005, a Lei Federal do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Essa lei criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e seu Conselho Gestor, antiga reivindicação popular dos movimentos sociais para centralizar os recursos destinados às políticas habitacionais para a população de menor renda. O Sistema é o principal instrumento da Política Nacional de Habitação e estabelece:
 - a. As bases do desenho institucional que se propõe participativo e democrático;
 - b. Prevê a integração entre os três níveis de governo e com os agentes públicos e privados envolvidos com a questão habitacional;
 - c. Define as regras que asseguram a articulação financeira, de recursos não onerosos e onerosos, necessária à implantação da Política Nacional de Habitação.
- Lei 018/2007 – Plano Diretor Municipal de Cariacica: A lei municipal tem como princípios fundamentais o direito à cidade sustentável, a função social da propriedade e da cidade, e a gestão democrática e participativa da cidade. Dentre suas atribuições, esta o ordenamento do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, bem como a definição das prioridades para ação governamental, como a elaboração de programas e projetos relacionados à organização territorial, mobilidade e acessibilidade, habitação de interesse social, regularização fundiária e edificação².

² Cariacica em dados- Indicadores socioeconômicos. Cariacica, PMC, 20011.

1.2.2. Conceitos Básicos

- **Direito à moradia** – direito humano universal, reconhecido internacionalmente, no Brasil, garantido pela Constituição Federal de 1988; se estende tanto no meio urbano, quanto no meio rural. É a garantia de um lugar para morar sem ameaça de remoção; proteção efetiva contra frio, calor, chuva, vento, incêndio, inundação, sem riscos de desmoronamento ou outras ameaças à saúde e à vida; acesso aos meios de subsistência, inclusive acesso à terra e ao trabalho, à educação, à saúde, lazer, transporte, energia elétrica, água potável e esgoto, coleta de lixo, áreas verdes e um meio ambiente saudável. Seu acesso é independente da renda ou da capacidade de pagar do morador. Não se limita à casa, ao teto e a quadro paredes, mas leva em conta aspectos culturais do local onde se encontra e da comunidade que habita;
- **Sistema Nacional de Habitação – SNH**: É composto por dois subsistemas: (i) o Subsistema de Habitação de Interesse Social e (ii) o Subsistema de Habitação de Mercado: (i) O objetivo é viabilizar a produção de moradias dignas para a população de baixa renda, financiando políticas e programas voltados para esse objetivo, implementados pelos agentes públicos e privados, em especial pelas cooperativas e associações de habitação popular sem fins lucrativos. (ii) tem por objetivo reorganizar e regular o mercado privado de habitação, ampliando as formas de captação de recursos e estimulando a inclusão de novos agentes, facilitando a promoção imobiliária de modo que possa contribuir para atender parcelas significativas da população que hoje são assistidas com recursos públicos;
- **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS**: Surgiu como um projeto de lei de iniciativa popular, elaborado pelos movimentos populares nacionais ligados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, apresentado ao parlamento brasileiro em novembro de 1991 e subscrito por mais de um milhão de assinaturas. Após mais de dez anos de tramitação, o projeto transformado no PL 2710/92, ainda, não tinha sido aprovado, apesar de ter obtido unanimidade entre os anos de 1997 e 2001 em todas as Comissões da Câmara dos Deputados. Foram aplicados os seguintes recursos orçamentários no Fundo de Habitação de Interesse Social: em 2006, R\$ 1 bilhão; em 2007, R\$ 838,4 milhões; em 2008, R\$ 1 bilhão;
- **Reforma Urbana**³: Um conjunto de idéias debatidas no Brasil desde os anos 1960 que defendem: a) a afirmação do direito à cidade e da função social da propriedade e da cidade como princípios; b) a gestão democrática da cidade, pela adoção de mecanismos que institucionalizam a participação direta da população no governo da cidade, com a finalidade de fortalecer as esferas públicas e ampliar o espaço da cidadania ativa; c) descentralização e municipalização da política urbana, objetivando aproximar o governo dos cidadãos, permitir o controle social e melhorar a efetividade na implantação das políticas públicas; d) o fortalecimento da regulação pública do solo urbano, com a introdução de novos instrumentos de política urbana; e) prioridade no atendimento das necessidades coletivas das classes populares; f) afirmação de uma nova concepção de planejamento urbano fundada na idéia do planejamento politizado;
- **Necessidades Habitacionais**⁴: Refere-se à totalidade da carência do quadro existente. Existe um déficit quantitativo – que se refere à necessidade de reposição e incremento do estoque de moradias existentes, isto é, a necessidade de produção de casas novas; e um déficit qualitativo – que se refere às situações de inadequação da moradia, isto é, a moradia necessita de melhorias apenas;
- **Regularização Fundiária**: Regularização Fundiária é um processo jurídico, físico, social e ambiental, que objetiva incluir na cidade populações moradoras de áreas informais, implicando a garantia da posse, as

³ Ver em SANTOS JUNIOR, Orlando A.d. **O Fórum Nacional de Reforma Urbana**: Incidência e Exigibilidade pelo Direito à Cidade. Rio de Janeiro: FASE, 2009.

⁴ Segundo denominação da Fundação João Pinheiro, a ser detalhada na etapa do Diagnóstico..

melhorias do ambiente urbano e da habitabilidade das moradias, o resgate da cidadania e a qualidade de vida da população beneficiária.

1.2.3 Arcabouço técnico, conceitual e metodológico da PNHIS

- Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Guia de Adesão para Estados, DF e Municípios. Brasília, 2006;
- Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Guia Básico dos Programas Habitacionais. Brasília, 2007/2008;
- Déficit Habitacional no Brasil, 2006. Brasília, 2008;
- Política Nacional de Habitação. Cadernos M. Cidades Habitação. Brasília, 2006;
- Regularização Fundiária Plena. Referências Conceituais. Brasília, 2007;
- Plano Nacional de Habitação. Brasília, 2008;
- Caracterização dos Tipos de Municípios – Estudos técnicos do PLANHAB. Brasília, 2008;
- Assentamentos Precários no Brasil Urbano (*Secretaria Nacional de Habitação, Centro de Estudos da Metrópole/2007*);
- Agenda Habitat II.

1.2.4. Referências Locais e Regionais:

- Lei Orgânica Municipal;
- Plano Diretor Municipal – Lei 018/2007;
- Legislação municipal existente: Códigos de Obra, Código de Postura, Código Sanitário, Código de Meio Ambiente, entre outros;
- Levantamento das irregularidades fundiárias do município;
- Relatórios do processo de elaboração do Plano Diretor;
- Cariacica em Dados - Indicadores socioeconômicos;
- Documento final produzido pela Agenda 21 – Cariacica Vale Mais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARIACIA

2.1. Aspectos demográficos, econômicos e sociais do Município de Cariacica

O Município de Cariacica insere-se na Região Metropolitana da Grande Vitória, a qual é composta pelos municípios de Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória e Cariacica. Nessa breve contextualização, adota-se a escala de análise da Região Metropolitana da Grande Vitória considerando os principais municípios do entorno de Cariacica.

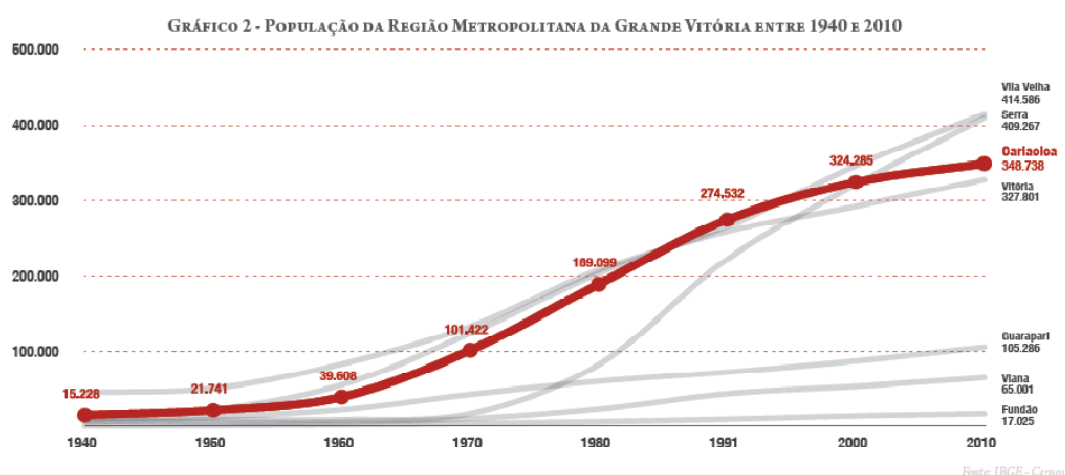
Cariacica situa-se junto ao canal da Baía de Vitória, fazendo limites com os municípios de Serra e Santa Leopoldina (ao Norte), Viana (ao Sul), Vitória e Vila Velha (a Leste) e Domingos Martins e Viana (a Oeste). Tem seu território atravessado por duas rodovias federais: a BR 101 e a BR 262, pela Rodovia Estadual ES 080, e por duas ferrovias – a Estrada de Ferro Vitória a Minas, e a Estrada de Ferro Santa Leopoldina.

Em 2010, a população de Cariacica foi contabilizada pelo IBGE em 348.738 habitantes distribuídos nos 279,98 km² de seu território, sendo que menos de 4% da população habita nos 151 km² de uso rural e 96,8% nos 124,05 km² do território urbano.

Na origem, a vocação rural de Cariacica. O município se urbaniza a partir das décadas de 50 e 60, impulsionado pela localização de grande acessibilidade e pelo crescimento do setor industrial que vai confirmar o município como principal polo regional no período. Mas com a inauguração do Porto de Tubarão, em Vitória, em 1967, a capital e o Município de Serra passam a atrair os grandes investimentos e Cariacica passa a perder, gradativamente, seu dinamismo industrial.

Com isto, o fenômeno da acelerada urbanização e da metropolização da região se evidencia no crescimento populacional de Cariacica e demais municípios que hoje compõem a Grande Vitória. Comparando o aumento populacional num período mais longo, verifica-se o grande crescimento ocorrido no conjunto dos municípios, a partir da década de 60, onde já se destacam mais intensamente os municípios de Cariacica, Vila Velha, Serra e Vitória.

Gráfico 01 - Evolução da População nos municípios da Grande Vitória⁵



Fonte: Cariacica em Dados.

⁵ Idem.

Cariacica é hoje o 3º município mais populoso do Estado do Espírito Santo, sendo responsável por 23% da população da Região da Grande Vitória. Na última década, Cariacica teve um crescimento populacional correspondente a 7,54% – taxa significativamente menor do que a taxa de crescimento do Estado (13,48%) e do que o crescimento da região metropolitana (18,38%).

Comparando o crescimento do conjunto dos municípios em análise, os dados permitem verificar que a região da Grande Vitória continua atraindo população, pois apresenta, na média, crescimento superior às médias do Estado. Entretanto, os dados revelam uma redução das taxas de crescimento nesta última década para Cariacica, Serra e também para Vila Velha, fato que pode estar revelando uma possível tendência do fenômeno que já ocorre nacionalmente de desconcentração populacional das regiões metropolitanas frente às populações estaduais.

Tabela 01 - Crescimento Populacional dos Municípios Analisados

POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS ANALISADOS				CRESCIMENTO	
Município	1991	2000	2010	1991 – 2000	2000 – 2010
Cariacica	274.532	324.285	348.738	18,12%	7,54%
Serra	222.158	321.181	409.267	44,57%	27,43%
Viana	43.866	53.452	65.001	21,85%	21,61%
Vila Velha	265.586	345.965	414.586	30,26%	19,83%
Vitória	258.777	292.304	327.801	12,96%	12,14%

Dados: IBGE/SIDRA.

Há que se destacar que, de forma geral, o crescimento populacional das regiões metropolitanas está diretamente vinculado à situação de concentração espacial da economia. Em termos econômicos, a Região da Grande Vitória detém hoje grande parte da produção de riqueza do Espírito Santo, representando, em 2008, mais de 65,24% do PIB estadual. Cariacica cresce em população e economicamente, na esteira do desenvolvimento metropolitano.

Segundo consta nos relatórios realizados durante a elaboração do Plano Diretor, a geografia local, a proximidade com a capital, e a acessibilidade (rodovias e estrada de ferro) são os fatores que influenciam a evolução do município de Cariacica para uma economia mais urbana. O impulso que ocorre na direção da industrialização no município de Cariacica se dá nas décadas de 50/60, a partir da instalação de grandes projetos industriais como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia de Ferro e Aço de Vitória, a COFAVI. Configura-se intenso fluxo migratório e Cariacica fica também marcada, pela implantação dos primeiros parcelamentos que abarcam este crescimento populacional. Em apenas 04 anos, nos anos de 1953 a 1956, são aprovados 26 loteamentos, a maioria localizada às margens da BR262. Se a migração marca o processo de crescimento e urbanização do município, puxada pela industrialização e conseqüente oportunidade de emprego, também a oferta de terra barata é fator determinante do crescimento ocorrido.

Segundo consta dos documentos analisados, Cariacica consolida-se desde o início da expansão urbana, na proximidade da capital, como área “não nobre” e de menor valor, marcada pelo parcelamento desordenado, sem a implantação da infraestrutura necessária.

A celeridade com a qual se deu a formação do complexo urbano cariaticuense resultou em problemas sérios de mobilidade urbana, inerentes a falta de planejamento no desenvolvimento do território. A situação criada seria agravada nos anos 70 e 80 quando houve novamente uma explosão do crescimento demográfico que desencadeou sérios problemas sociais e ambientais que afetaram o município. Nesse período a população cresceu 156%, saindo de cerca 39 mil habitantes em 1960 para 101 mil habitantes em 1970. (Cariacica em Dados).

Segundo Singer⁶, o espaço metropolitano constituiu-se sem planejamento, e com uma insuficiente capacidade de atendimento público das demandas da população que cresce e se urbaniza rapidamente, num processo que vem revelar, ao longo da sua formação, situações de extrema precariedade urbana em áreas ocupadas em geral, informalmente, em precárias condições de habitabilidade. Constitui-se, segundo o autor, a Região Metropolitana como o *locus* da desigualdade social materializada no espaço físico de suas cidades.

Assim, do ponto de vista urbanístico, pode-se afirmar que Cariacica cresceu sem planejamento, com pouco investimento em estruturação e em um território com elevada grau de restrição ambiental. Em consequência, houve o inchaço das periferias e o surgimento de novos bairros, nascidos pelo processo de ocupação desordenada do solo urbano. Segundo os documentos pesquisados, na década de 80 intensificam-se as ocupações clandestinas, os loteamentos sem infraestrutura, as ocupações, e a formação de favelas e bolsões de pobreza. Os dados recentemente publicados pelo censo de 2010 revelam a precariedade que resulta no contexto urbano. São hoje mais de 27.500 pessoas habitando em 8.053 domicílios localizados em aglomerados subnormais⁷.

Atualmente, em termos econômicos, o contexto metropolitano de Cariacica é de crescimento. Entre 2002 e 2008, os municípios da Grande Vitória apresentaram variação positiva do PIB, sendo que o de Cariacica foi o que mais cresceu entre 2006 e 2007, com uma variação positiva de 18,34%⁸. Na atualização dos dados verifica-se que no período 2000-2009, Cariacica apresenta um crescimento real do PIB que a coloca em segunda posição dentre os municípios analisados. O município de Serra fica na primeira colocação com um crescimento bem superior aos demais.

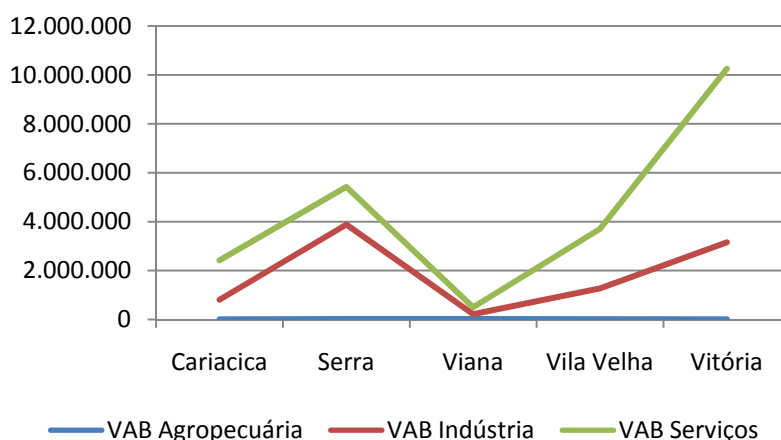
Avaliando a composição do VAB e a contribuição dos setores da economia, verifica-se a predominância do setor de comércio e serviços, tanto para Cariacica, como para os demais municípios, com destaque para a capital Vitória. O município de Serra se destaca pelo significativo desempenho do setor industrial.

Tabela 02 - Evolução do PIB dos Municípios analisados em termos reais (valores 2009)

PIB 2000 E 2009 EM VALORES DE 2009			
	2000	2009	Variação
Cariacica	2.583.718	3.854.045	49,17%
Serra	6.092.013	11.531.826	89,29%
Viana	605.029	893.107	47,61%
Vila Velha	4.783.535	6.041.447	26,30%
Vitória	13.914.626	19.782.628	42,17%

Dados: IBGE/CIDADES.

Gráfico 02 - VAB dos municípios analisados por Setores (2009)



⁶ SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, 12ªed.

⁷ O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

⁸ Cariacica em Dados – Indicadores Sócioeconômicos .

Dados: IBGE/CIDADES.

Analisando mais detalhadamente os indicadores de Cariacica, observa-se que o setor de comércio e serviços corresponde a quase 75% da renda produzida no município, sendo também este o setor que apresenta maior crescimento no período 2000-2009. Já o setor industrial mostra uma recente estagnação permanecendo praticamente inalterados os valores dos últimos 03 anos.

Tabela 03 - Evolução da Renda *per capita* e do Valor Adicionado Bruto de Cariacica . Valores reais (2009)

ANO	VAB	VAB AGROPECUÁRIA	VAB INDÚSTRIA	VAB SERVIÇOS	PIB
2000	2.220.668	18.164	712.817	1.489.687	2.583.718
2001	2.124.911	11.063	610.113	1.503.736	2.517.498
2002	1.924.167	8.947	552.706	1.362.514	2.235.570
2003	1.961.556	10.217	551.866	1.399.472	2.305.612
2004	2.109.151	10.639	636.842	1.461.670	2.465.796
2005	2.422.797	9.618	849.829	1.563.350	2.826.712
2006	2.415.814	10.848	718.922	1.686.043	2.833.762
2007	2.812.797	11.792	890.442	1.910.563	3.315.870
2008	2.946.137	9.486	894.462	2.042.189	3.556.833
2009	3.229.476	9.494	802.954	2.417.028	3.854.045
	45,43%	-47,73%	12,65%	62,25%	49,17%

Dados: IBGE/CIDADES.

Verificada a atual situação de crescimento, há que se avaliar como a produção de riqueza é distribuída no município. Trabalho, renda e condição de moradia são os indicadores aqui abordados.

Em relação ao emprego, tomando-se os dados apresentados no documento *Cariacica em Dados*, verifica-se que, em 2009, o município era responsável por pouco mais de 09% dos empregos da Grande Vitória. Mas o mesmo documento destaca, com dados do SEBRAE/ES, que, em 2010, o município apresentava a maior taxa de crescimento de empregos formais entre os municípios da Grande Vitória, com uma variação correspondente a 13,1% e remetia à avaliação de que o aumento do número de pessoas assalariadas no município poderia ser associado às políticas de apoio municipal à legalização das micro e pequenas empresas

Os dados atualizados do MTE/RAIS comprovam o ocorrido, conforme visualizado nas tabelas seguintes. Em janeiro de 2012, o percentual de empregos relativos ao montante da Grande Vitória se eleva para 11%, sendo as atividades do setor de comércio e serviços as que mais empregam no município. Uma avaliação da evolução ocorrida no período 2007-2011 registra um saldo de 11.000 novas vagas.

Tabela 04 - Aspectos do Mercado de Trabalho de Cariacica.

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	MUNICÍPIO	%	MICRO REGIÃO	%	UF
1) Admissões	123.082	11	1.118.647	6,26	1.967.086
2) Desligamentos	112.041	10,89	1.028.536	6,14	1.826.125
Nº Emp. Formais - 1º Jan/2012	49.817	11,33	439.557	6,75	737.938
Total de Estabelecimentos	9.364	13,2	70.934	5,96	157.180
Variação Absoluta	11.041		90.111		140.961

Dados: MTE/RAIS.

Tabela 05 - Dinâmica do Emprego em Cariacica.

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	2011	2010	2009	2008	2007	TOTAL
1) Admissões	29.827	26.757	22.753	23.154	20.591	123.082
2) Desligamentos	28.048	23.732	20.873	21.594	17.794	112.041
Variação Absoluta	1.779	3.025	1.880	1.560	2.797	11.041

Dados: TEM.

Em relação à renda, verifica-se a concentração dos domicílios em situação de pobreza, considerada as faixas de rendimento de até meio salário mínimo per capita. Consideradas as médias nacional e do estado do Espírito Santo percebe-se uma melhor situação do município que apresenta menor percentual, especialmente quando considerada a média nacional. Entretanto, o município apresenta maior concentração nos patamares

intermediários demonstrando o menor rendimento da população, de modo geral, na comparação com as medias das demais agregações territoriais.

Tabela 06 - Renda Domiciliar per capita – Media comparada.

	BRASIL	ESPÍRITO SANTO	CARIACICA
Até 1/2 SM	31,91	27,7	27,46
Mais de 1/2 a 1 SM	28,69	30,93	33,98
Total até 1 SM	60,6%	58,63%	61,44%
Mais de 1 a 2 SM	21,9	23,38	26,65
Mais de 2 a 3 SM	7,03	7,41	6,81
Mais de 3 SM	10,47	10,57	5,09

Dados: IBGE/SIDRA.

Quando comparados os municípios em análise, verifica-se a melhor situação de renda dos moradores de Vitória e Vila Velha. Cariacica tem a maior concentração de domicílios em situação de pobreza, à excessão de Viana que é município de pequeno porte. Em números absolutos, são quase 30 mil famílias (29.642) com rendimento per capita de até meio salário mínimo. O município de Serra apresenta uma situação um pouco mais favorável em termos percentuais, mas que representa, em números absolutos, mais de 31 mil domicílios em situação de pobreza, universo também bastante significativo.

Tabela 07 - Renda Domiciliar per capita – Municípios Analisados

	VITÓRIA	VILA VELHA	CARIACICA	SERRA	VIANA
Até 1/2 SM	14,28	16,25	27,46	24,82	31,72
Mais de 1/2 a 1 SM	19,24	24,79	33,98	31,21	35,82
Mais de 1 a 2 SM	21,23	27,4	26,65	27,37	24,68
Mais de 2 a 3 SM	11,42	11,55	6,81	8,6	4,91
Mais de 3 SM	33,83	20,01	5,09	7,99	2,87

Dados: IBGE/SIDRA.

Cabe, por fim, uma breve caracterização das condições de moradia da população de Cariacica. Para além dos dados já apresentados do Censo de 2010 sobre os aglomerados subnormais, outros indicadores podem ser destacados para caracterizar o quadro de irregularidade na ocupação do solo e uma demanda habitacional que deverá ser identificada nos diagnósticos dos produtos do presente contrato.

Recente estudo realizado pela CPRM (Serviço Geológico do Brasil), que avalia o grau de suscetibilidade a deslizamentos dos municípios brasileiros, aponta em Cariacica 51 setores de risco com 6075 moradias, classificando o município como de “alta” suscetibilidade a deslizamentos.

O risco por alagamentos e inundações é outro fator relevante no município de Cariacica, tanto pela presença de rios e de áreas de mangue, tanto pela própria incidência das marés. Embora sem uma quantificação total, sabe-se que muitos reassentamentos serão necessários nas intervenções de recuperação das áreas de mangue, e nas APPs de rios. Os números da defesa civil dão uma amostra da relevância da questão das ocupações em áreas de risco. Só no ano de 2010 foram atendidas mais de 900 ocorrências, sendo a grande maioria em decorrência de deslizamentos, alagamentos e inundações⁹.

O contexto habitacional de Cariacica é, portanto, caracterizado pela precariedade dos assentamentos subnormais, pela histórica irregularidade urbanística e fundiária e pelos desafios das ocupações em áreas inadequadas sendo extremamente elevado o número de situações de risco. Segundo aponta a própria instituição¹⁰:

”O grave quadro de demandas sociais historicamente acumuladas ao longo dos anos se evidencia principalmente em relação a comprometida e desordenada forma de ocupação do solo urbano, com destaque para a proliferação de assentamentos informais sobre áreas

⁹ In “Cariacica em Dados – Indicadores socioeconômicos”.

¹⁰ Idem.

publicas, de preservação ambiental, de risco, particulares, além de loteamentos clandestinos e irregulares”. (Cariacica em Dados)

Paralelamente à contextualização demográfica e econômica do município, e das principais questões urbano-habitacional que são objeto da construção do Pro-Urbi, é importante também que se incluam nesta análise preliminar, aspectos relacionados à gestão municipal e à organização da sociedade para o processo participativo. O item seguinte aborda estes temas.

2.2. O Contexto Institucional e de organização e participação dos atores sociais

Cariacica vem vivendo, nos últimos anos, momento impar relacionado à gestão administrativa. Depois de um processo de intensa descontinuidade política (entre 1970 e 2000, foram 19 mandatos), o município efetivamente se estrutura e avança na implementação de políticas comprometidas com a sustentabilidade da cidade e a promoção da função social. E mais, implementa uma série de processos e instâncias para a gestão transparente e participativa. Em 2010, segundo o documento “Cariacica em Dados”, o município contava com 24 Conselhos Municipais, instâncias efetivas de controle social das políticas e garantia de direitos.

O principal deles, o Conselho do Orçamento Participativo, inicia em 2005 e consolida-se como principal instância para uma gestão baseada nos princípios da participação popular e transparência na aplicação dos recursos públicos. O OP promoveu, capacitou e consolidou importante rede de agentes sociais comprometidos com o acompanhamento e monitoramento da política pública de Cariacica. A cidade foi dividida em 13 grandes regiões – as Regiões do OP, promovendo a base física territorial que organiza a participação social nos debates públicos e no monitoramento das políticas e ações da administração. Destacam-se ainda o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, instituído em 2006, e o Conselho Municipal do PDM, de 2007, ambos diretamente relacionados às temáticas do Pro-Urbi.

Nesta construção continuada para uma gestão instrumentalizada e efetivamente democrática, quatro importantes processos foram elaborados com a participação social: a Agenda Cariacica 2010-2030 (Planejamento Sustentável da Cidade) o PDM (Plano Diretor Municipal), o PPA Participativo (Plano Plurianual) e o PDE (Plano Diretor Econômico). Mais recentemente, o município vem elaborando o seu Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.

O PDM é o instrumento global de planejamento municipal e de implementação da política de desenvolvimento territorial, social, econômico e ambiental do Município de Cariacica. Principal ferramenta da gestão territorial inclusiva do município de Cariacica, foi elaborado atendendo aos princípios constitucionais e às diretrizes do Estatuto da Cidade. Com base no PDM, outros instrumentos de gestão foram e estão sendo elaborados no sentido de estruturar o município para a gestão urbano-habitacional. Os instrumentos que integram o Pro-Urbi vem com o objetivo de complementar as ferramentas instituídas pelo PDM.

No âmbito administrativo, ação de fundamental importância ocorreu em 2009. Com a reforma administrativa, foi criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e, dentro dela, a Gerência de Habitação. A estrutura administrativa é composta por cerca de 20 Secretarias Municipais ou equivalentes, a saber: Secretaria Municipal de Governo, Comunicação, Educação, Agricultura, Finanças, Obras, Cidadania e Trabalho, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Administração, Cultura e Esporte e Lazer, Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação, Serviços e Transito, Meio Ambiente, Saúde; Secretarias Especiais de Relações Institucionais, de Coordenação Política; e a Procuradoria Geral e Gabinete do Prefeito.

Com o intuito de potencializar as ações das secretarias da administração municipal, foram criados quatro Comitês Estratégicos (Área Meio, Infraestrutura, Relações Institucionais e Políticas Sociais) que se configuram como espaços de discussão de questões estratégicas de gestão e de ações multidisciplinares que envolvam mais de uma pasta de governo. Isso permite que ocorra uma interação maior entre as áreas da administração pública do município, garantindo, assim, melhor eficiência no trabalho realizado pelas mesmas.

Apesar de instituída recentemente e com limitações na sua estrutura¹¹, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de Habitação desenvolve programas e ações no campo urbano habitacional, que valem ser destacados nesta contextualização. Cinco contratos do PAC foram assinados com CEF para urbanização, regularização fundiária, produção e melhoria de moradias, recuperação de áreas ambientais, em bairros irregulares e precários, beneficiando cerca de 1500 famílias. Ainda em relação à moradia, tramitam na Secretaria estudos e projetos do MCMV que totalizam cerca de 5.422 unidades, entre casas e apartamentos para famílias de zero a 03 salários mínimos.

Projetos de estruturação e melhorias urbanas também estão em andamento no município, abarcando a recuperação e valorização de calçadas pelo projeto Calçada Viva, a implantação do Complexo dos Parques, e o Projeto Orla de Caricica. Na escala regional, destacam-se os projetos da Quarta Ponte, de revitalização e requalificação das margens dos Rios Marinho e Formate, o PAC Saneamento, entre outros. O quadro de projetos e obras em andamento dá a dimensão da dinamização e requalificação que Cariacica vem buscando efetivar.

Por fim, cabe salientar a expressiva organização popular que se consolidou no município. Além das instâncias institucionais de participação já referidas (Conselhos) e da rede de lideranças fortalecida pelo OP (delegados e conselheiros), o movimento de luta pela moradia- MLM, as associações de moradores, a União de Associações de Bairro, entre outros. O quadro permite que a metodologia de elaboração dos produtos contratados se efetive com a participação social, contribuindo para a continuidade do processo de formação e consolidação da cidadania local.

¹¹ A SEMDUR foi constituída praticamente por cargos em comissão. Com insuficiente quadro efetivo, na sua maioria nas áreas administrativa e de fiscalização, carece de quadros técnicos permanentes.

3.1 Diretrizes para uma metodologia participativa, integrada com o PDM e articulada através do Programa PRO-URBI

O Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Cariacica será elaborado com o objetivo de constituir-se como um documento referencial e estratégico para um processo permanente de planejamento das ações relativas à política habitacional local.

Segundo a Secretaria Nacional de Habitação o Plano Local de Habitação de Interesse Social busca analisar a complexidade da realidade habitacional que é antes de tudo, uma leitura da realidade social do município. Assim, o conteúdo do PLHIS deve não somente listar, quantificar e espacializar os problemas habitacionais relativos à zona urbana e rural do município, mas também diagnosticá-los e equacioná-los com base nos demais aspectos do contexto sócioeconômico local.

Para dar conta desta leitura social, econômica e espacial, adota-se, como fundamento da construção metodológica, a perspectiva de política pública concebida a partir da abordagem *territorial* com a perspectiva de superação da tradicional abordagem de política estritamente setorial e fragmentada.

Assim, inserido no contexto de elaboração do Pro-Urbi, O PLHIS de Cariacica resgata os dois princípios que estruturam o processo de elaboração e gestão dos instrumentos urbano-habitacional do programa: a abordagem territorial e a ampliação e aprofundamento da participação cidadã.

Por abordagem territorial se compreende o conceito da geografia, que tem foco na inter-relação de sujeitos, organização social e econômica, e ambiente (natural e construído), o que acarreta no entendimento e construção transdisciplinar da identificação dos problemas e soluções. Tem-se, assim, a continuidade da abordagem concebida pelo próprio Plano Diretor;

Por aprofundamento da participação e da cidadania, busca-se respeitar os processos já iniciados, como a organização em torno do Orçamento Participativo e dos Conselhos Municipais de Habitação e de Desenvolvimento Urbano, aproveitando cada nova atividade para promover e ampliar a capacitação e o conhecimento dos atores sociais.

Opta-se ainda por adotar uma metodologia para a elaboração do PLHIS que conte com o envolvimento ativo dos gestores municipais não só na coordenação do processo, mas também na execução das suas etapas. Essa é uma estratégia que visa fortalecer a instituição pública, capacitando seus agentes e preparando-os para a implementação do PLHIS e seu monitoramento permanente.

Assim, são estabelecidas as seguintes diretrizes orientadoras na elaboração do PLHIS do município de Cariacica incluindo o referencial já determinado pelo Pro-Urbi:

- A participação concebida como estratégia na construção da cidadania, de inclusão sócio-territorial e da articulação entre os saberes técnico e social;
- A gestão partilhada do processo e o fomento à participação com a capacitação dos agentes sociais;
- A integração entre as distintas visões sobre a questão urbano-habitacional com o envolvimento ativo dos gestores municipais;
- A concepção territorial fortalecida através da articulação com as políticas setoriais municipais estabelecidas pelo PDP, bem como sua visão estratégica;
- A articulação dos agentes que atuam, direta ou indiretamente, na implementação de políticas habitacionais e urbana;
- O fortalecimento institucional, através de ações de capacitação, com vistas a consolidar os instrumentos já existentes e os que vierem a ser agora elaborados;

- A comunicação permanente e ampla do processo de elaboração como principal ferramenta do processo participativo e de capacitação;
- O foco prioritário do processo participativo e da capacitação para os agentes do Orçamento Participativo – delegados e conselheiros;
- Adequação da política habitacional municipal à política nacional;
- O fortalecimento institucional, através de ações de capacitação, com vistas a consolidar o Sistema de Habitação de Interesse Social no Município.

3.2 Estruturas para elaboração do PLHIS: articulação, instâncias e atribuições

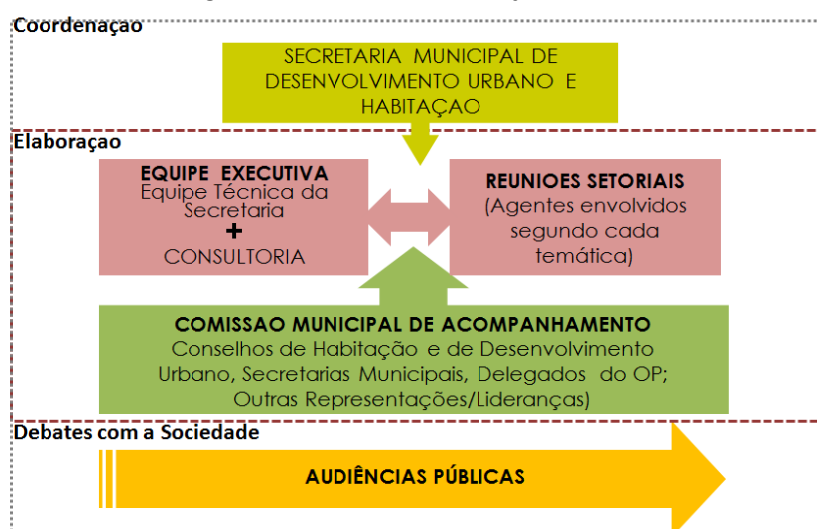
O PLHIS insere-se na elaboração conjunta e articulada dos instrumentos do Pro-Urbi, que traz, nas orientações para sua consecução, os objetivos de participação social e articulação e integração institucional, atendendo às orientações do termo de referencia. Assim, as estruturas propostas para o Pro-Urbi atendem também as orientações estabelecidas no âmbito do SNHIS. Atua-se, então, com uma estrutura de trabalho que apresenta na sua composição uma instância no nível interno – que integra gestores municipais e assessoria contratada, e uma no nível externo – composto de diversos segmentos da sociedade civil e outras instituições.

O nível interno baseia-se na composição da coordenação geral e de um grupo executivo. No nível externo, cria-se uma instância ampliada de participação e debates, onde se inserem os Conselhos de Habitação e do Desenvolvimento Urbano e demais atores, denominada Comissão Municipal de Acompanhamento, onde se articulam agentes públicos, privados, a sociedade civil organizada e do movimento popular. As reuniões setoriais articulam agentes específicos relacionados a cada temática e as Audiências públicas constituem as instancias de debate público.

Nesta composição, definem-se atribuições e responsabilidades relacionadas à coordenação política do processo, à execução, elaboração e acompanhamento dos trabalhos, e os debates com a sociedade.

A figura e quadro seguintes esquematizam e detalham composição e atribuições da estrutura proposta.

Figura 01 - Estruturas de Elaboração do PLHIS



Fonte: PLHIS de Cariacica.

Quadro 01 - Composição e Atribuições das Instancia de Elaboração do PLHIS

COORDENAÇÃO GERAL	É composta pelo Secretário Municipal titular da pasta e pelo Coordenador Geral do Pro-Urbi. Tem a competência de estabelecer a condução política do processo, a articulação entre os agentes e as instituições. À coordenação geral compete ainda a avaliação e aprovação dos conteúdos desenvolvidos em cada etapa juntamente com a Comissão Municipal de Acompanhamento.
EQUIPE EXECUTIVA	É composta por uma equipe técnica e pela assessoria contratada. É responsável pelo planejamento e execução dos trabalhos, devendo promover a articulação com as demais instâncias participativas especialmente com a Comissão Municipal de Acompanhamento e com as representações Setoriais.
EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA	Tem a responsabilidade de, em conjunto com a equipe de consultores coordenar e contribuir para o processo de elaboração dos conteúdos do PLHIS, garantindo sua articulação às demais ações da Prefeitura Municipal. É responsável por divulgar as ações e por organizar a participação social. Viabiliza o fornecimento de dados, colabora com levantamentos específicos, viabiliza a convocação dos agentes e se responsabiliza pela comunicação do trabalho, pela relação com a CEF e Ministério das Cidades.
ASSESSORIA TÉCNICA	É responsável pela orientação metodológica dos trabalhos, pela condução técnica do processo, pela confecção dos produtos e pela capacitação dos agentes técnicos e sociais envolvidos.
COMISSAO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO	Configura-se como a Instância ampliada de participação nos debates do Pro-Urbi. É composto por agentes internos e externos vinculados aos Conselhos e representações locais. É convidado a participar através da realização de reuniões sistemáticas pautada pela Equipe Executiva com os seguintes objetivos: (i) promover debates que colaborem na leitura perceptiva dos problemas locais relacionados às temáticas; (ii) promover debates prévios às audiências públicas previstas, validando conceitos, leituras e propostas; (iii) colaborar na divulgação do processo e na consolidação dos conteúdos trabalhados.
REUNIOES SETORIAIS	É composta por setores específicos da sociedade e/ou institucionais relacionados às distintas temáticas. Tem por atribuição colaborar com o fornecimento de dados e para os debates, sempre que convidado à participação, quando achar necessário e/ou através dos instrumentos virtuais.
AUDIENCIA PUBLICA	Instância aberta de debate público dos resultados alcançados nas etapas de diagnóstico e propositiva.

Quadro 02 – Equipe da Latus Consultoria

COLABORADOR/TÉCNICO	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
Cláudia Damasio	Arquiteta e urbanista. Mestre em Planejamento Urbano e Regional.	Coordenação Geral.
Gevaci Perroni	Economista. Mestre em Economia do Desenvolvimento.	
Jacqueline Menegassi	Arquiteta e urbanista. Especialista e Mestre em Desenvolvimento Sustentável.	Coordenação Técnica
Karla Moroso	Arquiteta e urbanista. Especialista em Direitos Humanos – Direito à Cidade Sustentável.	Equipe técnica executiva
Isadora Laguna	Assistente Social.	Equipe técnica executiva
Ana Paula Marcante Soares	Advogada. Mestre em Direito e Doutoranda em Antropologia Social.	Equipe técnica executiva
Tyrone	Engenheiro Civil.	Equipe técnica executiva
Grace Kelly Machado	Arquiteta e urbanista.	Assessoria técnica.
Leda Velloso Buonfiglio	Geógrafa. Mestre e Doutoranda em Geografia.	Assessoria técnica.
Marlene Chaves	Graduanda de Arquitetura e Urbanismo.	Mapeamentos e Desenhos.
Pedro dos Santos	Graduando em Geografia	Levantamento de Dados e Informações e Formatação.
Renato Gomes	Graduando de Administração.	Financeiro.
Juliana Burin	Graduanda de Pedagogia Empresarial.	Administrativo.
Tiago Silveira	Graduando em Economia.	Levantamento de Dados e Informações e Formatação.
Leonardo Ritta	Graduando em Economia.	Levantamento de Dados e Informações e Formatação.
Jessika Alves	Graduando	Revisão Ortográfica e Formatação.
Eduardo Ribasqui	Graduando	Administrativo

Quadro 03 - Composição da Comissão de Acompanhamento Municipal

REPRESENTANTES PMC	1 representante da Secretaria Municipal de Finanças
	1 representante do Conselho Municipal do Plano Diretor
	1 representante do Conselho Municipal de Habitação
	1 Representante da Secretaria de Comunicação
	1 Representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente
ENTIDADES/INSTITUIÇÕES CONVIDADAS	1 Representante da Defesa Civil
	1 Representante da Caixa Econômica Estadual
	1 Representante do Conselho de Arquitetura e urbanismo
	1 representante DA Federação das Associações de Bairro de Cariacica- FAMOC
	1 Representante do Movimento de Luta pela Moradia- MNLM

Quadro 04 - Equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação¹²

	REPRESENTANTE	CARGO/FUNÇÃO
COORDENAÇÃO	Ricardo Vereza Lodi	Secretario Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
	Marcos Felipe da Costa	Subsecretario- Coordenação Executiva Pro-Urbi
EQUIPE TECNICA EXECUTIVA	Anderson Esteves	Gerente de Regularização Fundiária
	Carlos Silvestre Olisa Pari	Assessor Técnico- Gerência de Controle Urbano
	Mariana Lima Cardoso	Gerente de projetos de Engenharia e Arquitetura Pública
	Terezinha de Jesus de Oliveira	Gerente de Habitação
	Bianca Souza Pereira	Gerente de Planejamento Urbano

Fonte: Latus Consultoria.

3.3. Estratégias para Promover a Participação da Sociedade na Elaboração do PLHIS

A participação da sociedade na elaboração do PLHIS tem, a cada etapa, uma finalidade com objetivos específicos a serem buscados:

- Na Etapa I da Proposta Metodológica, os objetivos a serem buscados são o de mobilizar e promover o envolvimento da população para a elaboração do Plano, o nivelamento de informações (sobre o PLHIS, o PNH e a SNH), e estabelecer e pactuar os mecanismos de participação e de acesso à informação;
- Na Etapa II do Diagnóstico, os objetivos são de despertar a percepção da população para os problemas urbanos e habitacionais, coletar e divulgar informações produzidas nesta etapa e construir uma leitura comum de problemas prioritários;
- Na Etapa III das Estratégias de Ação o objetivo central é de pactuar propostas e as prioridades de intervenção.

A construção de uma leitura comum durante o diagnóstico é estratégia fundamental para viabilizar o processo de tomada de decisões na etapa seguinte.

Para o cumprimento dos objetivos propostos de participação ampla, capacitação e gestão partilhada no processo de elaboração do PLHIS estão previstas estratégias e instrumentos que são apresentados no Plano de Comunicação.

Podemos destacar o Plano de Comunicação como a ferramenta estratégica da mobilização, formação e informação dos agentes envolvidos no processo de elaboração do PLHIS, e da sociedade de Cariacica, garantindo participação ampla e promovendo a sistematização, o gerenciamento e a distribuição da informação e dos conteúdos elaborados.

Com o objetivo de dar publicidade aos atos e eventos realizados, e de proporcionar o claro entendimento da população com relação às atividades e conteúdos desenvolvidos pelo PLHIS e demais instrumentos do Por-Urbi, são adotadas os recursos de comunicação abaixo descritos:

- Recursos impressos: flyer, folder, cartazes e publicação impressa;
- Comunicação digital: sites e blogs;
- Eventos: fóruns, reuniões setoriais, seminários, audiência públicas;

¹² Equipe que participou da elaboração do PLHIS no período de desenvolvimento dos trabalhos (2012)

- Imprensa: acompanhamento das atividades do PLHIS e Pro-Urbi para divulgação na mídia local/regional (Assessoria de Imprensa); e *Clipping* das notícias que serão divulgadas.

Além dos instrumentos de comunicação acima descritos, reforça-se o objetivo de capacitação do conjunto de atores envolvidos com o processo, tanto no nível técnico e de gestores, como junto à Comissão Municipal de Acompanhamento e Delegados do OP.

Destaca-se que o Plano de Comunicação se estrutura em dois eixos de atuação: o da divulgação dos eventos para promover a participação da sociedade; e a formação dos agentes envolvidos e da sociedade em geral, através da disseminação/divulgação dos conteúdos elaborados.

Considera-se, entretanto, que todo o processo deve resultar na capacitação dos agentes e, ao final, pretende-se que não só os gestores estejam preparados para a implementação dos instrumentos elaborados, mas também os agentes da sociedade, que assumirão um papel importantíssimo no monitoramento dos seus resultados.

As ações e atividades de mobilização, comunicação e divulgação são de competência da Consultoria sendo entretanto necessário o total apoio da Prefeitura Municipal, uma vez que esta é quem tem legitimidade para convocação. A consultoria auxilia com a formatação/formulação dos conteúdos necessários, contratação dos serviços de divulgação, etc...

De forma articulada ao Pro-Urbi, estão previstas 4 tipos de ações de maior abrangência relacionadas ao PLHIS:

1. A realização de um evento de lançamento público do Pro-Urbi e a aprovação da metodologia do PLHIS;
2. A realização de 3 reuniões com a Comissão Municipal de Acompanhamento, instância representativa dos Conselhos e da sociedade, com as seguintes pautas:
 - a primeira ocorrerá antes da primeira audiência pública, e terá como pauta o debate, avaliação e complementação sobre os conteúdos produzidos para o diagnóstico;
 - as outras duas serão no desenvolvimento da terceira etapa onde a Comissão Municipal de Acompanhamento participa juntamente com Equipe Executiva da Formulação dos conteúdos tendo como pauta o debate sobre princípios, diretrizes e objetivos do PLHIS; e das estratégias, programas e metas adotadas para o enfrentamento do quadro diagnosticado.
3. Realização de reuniões setoriais, para coleta de informações e levantamento das principais expectativas em relação ao PLHIS, envolvendo:
 - Agentes privados e sociais da produção habitacional no município e na região e movimento popular;
 - Os Conselhos de Habitação e do Plano Diretor Municipal;
4. E finalmente, as duas audiências públicas, sendo uma ao final da etapa de Diagnóstico e outra ao final do Plano de Ação.

Além da realização das reuniões descritas, viabilizando o objetivo de capacitação do conjunto de atores envolvidos, estão previstos 02 módulos de capacitação para os gestores municipais e Comissão Municipal de Acompanhamento: uma durante esta etapa de elaboração da metodologia e outra na etapa do plano de ação. Também esta prevista uma capacitação geral para os Delegados e Conselheiros do Orçamento Participativo. No quadro seguinte, o cronograma dos eventos públicos de maior abrangência do processo de elaboração do PLHIS, os quais validam cada etapa finalizada.

3.4. Cronograma de eventos de discussão com a sociedade

EVENTOS PUBLICOS	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
1. Seminário de lançamento do Pro-Urbi e aprovação da metodologia do PLHIS					
2. Audiência Pública – Diagnóstico Habitacional					
3. Audiência Pública – Plano de Ação					

Fonte: PLHIS de Cariacica.

4. DOS PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLHIS



4.1. Etapas e Produtos do Desenvolvimento do PLHIS :

Atendendo as orientações do Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, o PLHIS deverá ser desenvolvido em 3 etapas, conforme descrito a seguir:

A Etapa I – *PROPOSTA METODOLÓGICA* apresenta os procedimentos para elaboração do plano e os mecanismos de efetivação da participação da sociedade no processo de construção do plano. Resulta como produto a proposta metodológica, consubstanciada neste documento, que define estruturas e estratégias para a participação dos diferentes agentes e estabelece conteúdos e procedimentos das etapas subsequentes.

Descrição do Produto:

- Documento da metodologia contendo estruturas, etapas e procedimentos para a elaboração do PLHIS;
- Registro do evento de Validação da Proposta Metodológica na sociedade contendo ata, lista de presença e fotos;
- Material didático utilizado na capacitação dos gestores e dos agentes envolvidos com a elaboração do PLHIS e Pro-Urbi - a Comissão Municipal de Acompanhamento.
- Documento declaratório da administração pública municipal apresentando as formas como foi dada publicidade à elaboração da proposta metodológica do PLHIS.

A Etapa II – *DIAGNÓSTICO HABITACIONAL* faz a quantificação e qualificação da oferta e das necessidades habitacionais, com a identificação dos limites e potencialidades territoriais e dos quadros político-institucionais e financeiros existentes no governo local para seu enfrentamento. O diagnostico inclui ainda o levantamento de informações sobre atores sociais e suas potencialidades como agentes da produção social de habitação. Resulta como produto o Documento Diagnóstico do Setor Habitacional.

Descrição do Produto:

- Documento do diagnóstico do setor habitacional com as informações e análises dos conteúdos relacionados, com representação em mapas, em escala adequada, que possibilitem a leitura e análise da realidade habitacional local;
- Registro das reuniões realizadas contendo atas, listas de presenças e fotos e relatório da participação popular.
- Documento declaratório da administração pública municipal apresentando as formas como foi dada publicidade à elaboração do Diagnostico Habitacional.

A Etapa III – *ESTRATÉGIAS DE AÇÃO* apresenta o plano de ação, que norteará a tomada de decisão governamental e orientará o desenvolvimento de projetos habitacionais, a alocação de recursos, assim como a aplicação, definição ou revisão dos marcos regulatório e legal. Resulta como produto o Documento Estratégias de Ação que define a Política Habitacional Municipal.

Descrição do Produto:

- Documento final, abordando o conteúdo e mapas correspondentes, com a seguinte estrutura: introdução; diagnóstico habitacional; princípios e diretrizes orientadoras; objetivos, metas e indicadores; linhas programáticas; recursos e fontes de financiamento; sistema de informação habitacional;
- Relatório das reuniões realizadas e da participação popular, com registro das atividades de capacitação contendo atas, fotos e listas de presenças - Material síntese do Plano Local de Habitação apresentado na Audiência Pública e ata da Audiência Pública.
- Documento declaratório da administração pública municipal apresentando as formas como foi dada publicidade à elaboração das propostas do Plano de Ação.

4.2. Elaboração do Diagnóstico Habitacional:



Esta etapa tem grande relevância na concepção de PLHIS estabelecida pela Secretaria Nacional de Habitação. Representa o esforço de coleta e análise de informações disponíveis no município no que diz respeito a uma série de temas relacionados direta ou indiretamente à questão habitacional local.

A Resolução nº. 9, de 20 de junho de 2007, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, define as diretrizes de aplicação dos seus recursos. Tais diretrizes apontam para o que os recursos reservados no Fundo podem ser utilizados, e tornam-se uma referência importante para a elaboração dos PLHIS, orientando a aplicação dos recursos localmente. Por consequência, essas diretrizes devem ser adotadas como uma referência importante também para a elaboração de seus diagnósticos:

- Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários;
- Ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbana e rural;
- Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes públicos e privados nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional;
- Aperfeiçoar e consolidar os instrumentos e mecanismos para a implementação da política habitacional.

Destaca-se também como referência o Plano Nacional de Habitação. Na medida em que o SNH prevê a integração entre os três níveis de governo, é importante que o PLHIS seja elaborado de forma articulada às definições nacionais.

Conforme documento disponibilizado pelo Ministério das Cidades, o diagnóstico do contexto nacional atual está organizado em sete eixos de análise, a saber: (i) Cenários macroeconômicos; (ii) Fontes de financiamento e subsídios; (iii) Contextualização do Plano Nacional de Habitação: análise e sistematização do contexto habitacional atual; Necessidades Habitacionais; (iv) Quadro regional, urbano e fundiário e sua relação com a questão Habitacional; (v) Produção formal e informal da moradia; (vi) Política habitacional e programas públicos de habitação; (vii) Evolução e quadro atual dos Arranjos Institucionais.

Assim, articulando-se essas referências, propõem-se para a elaboração desta etapa do PLHIS os seguintes eixos de análise:

1. Caracterização do município e sua inserção regional:

- Descrição da evolução da ocupação do território região e município;
- Perfil econômico do município, relação com os demais municípios da região;
- Caracterização socioeconômica da população, emprego e desemprego, taxas de crescimento e de urbanização.

2. População e território

- Distribuição sócio-espacial da população;
- Eixos de crescimento populacional.

3. O quadro de necessidades habitacionais:

- Caracterização, quantificação e qualificação do quadro das necessidades habitacionais – urbanas e rurais a partir dos dados da Fundação João Pinheiro e censo de 2010;
- Levantamento dos dados locais, existentes e estimados;
- Caracterização dos assentamentos informais e precários, perfil socioeconômico geral das comunidades, quantificação e qualificação estimada do quadro das necessidades habitacionais destes assentamentos.

4. Produção habitacional, caracterização da oferta de moradias e de solo urbanizado, caracterização da produção pública e privada e condições de acesso às alternativas de financiamento:

- Caracterização das ofertas de habitação de interesse social – tipologias, formas de financiamento e avaliação qualitativa e quantitativa das soluções face às necessidades locais;
- Caracterização dos agentes da produção (agentes privados, organização social, poder público);



- Caracterização do mercado imobiliário, matriz de preços dos imóveis e identificação dos custos de urbanização/produção.

5. Limites e potencialidades do território para a produção de habitação de interesse social e/ou para a implementação de processos de regularização fundiária sustentável. Oportunidades para a aplicação de instrumentos de ampliação do acesso à moradia do Estatuto da Cidade:

- Caracterização do processo de produção urbana formal e informal;
- Caracterização dos valores ambientais (naturais e culturais), destacando os conflitos com a moradia;
- Caracterização do território do ponto de vista do interesse do mercado imobiliário: eixos de expansão urbana, zonas estagnadas e/ou degradadas;
- Caracterização dos distintos graus de urbanização, de oferta de infraestrutura e saneamento;
- Identificação e caracterização dos vazios urbanos e/ou áreas propícias para HIS;
- Caracterização da zona rural e de sua interface com a zona urbana;
- Identificação de políticas, programas e/ou projetos desenvolvidos e em fase de implementação, que promovam investimentos significativos na urbanização do território e/ou que induzam transformações na sua estruturação;
- Avaliação e interfaces com a pauta regional – municípios consorciados;

6. A política de habitação de interesse social do município, seus limites e potencialidades:

- Descrição e análise dos programas implementados e/ou em implementação. Identificação das principais dificuldades, aspectos positivos e prioridades;
- Caracterização das linhas de financiamento utilizadas, descrição dos recursos efetivamente investidos nos últimos anos, caracterização da gestão financeira;
- Identificação da população atendida pelos programas habitacionais e caracterização das políticas empreendidas quanto aos objetivos de melhoria nas condições de vida e de redução dos processos de exclusão;

7. Organização institucional e participação social;

- Descrição e análise crítica da legislação relacionada à temática habitacional;
- Caracterização dos canais da instituição pública de diálogo com a sociedade no que diz respeito à temática habitacional. Análise da atuação do Conselho Municipal de Habitação e das formas de relação com os agentes sociais, inclusive com os agentes relacionados ao setor produtivo – empreendedores imobiliários e proprietários de terra;
- Caracterização do sistema de organização das informações relacionadas à temática habitacional, formas de atualização e de disponibilização dos dados;
- Caracterização das formas de organização social existentes no município e identificação das iniciativas sociais relacionadas ao tema da moradia. Análise da capacidade de atuação pública no fomento a essas iniciativas.

Procedimentos:

A etapa de diagnóstico deverá ser desenvolvida a partir da coleta e sistematização de dados secundários existentes. Sabe-se, entretanto, que uma das maiores dificuldades para a quantificação e qualificação do



quadro das necessidades habitacionais é a carência de informações precisas e a indefinição e/ou contradição de conceitos.

Há de se reconhecer, nesse campo, os esforços realizados nacionalmente para parametrizar os problemas habitacionais, estabelecendo metodologia que seja, ao mesmo tempo, legítima e confiável. As informações produzidas no nível federal pela FJP e por outras instituições para alimentar o Plano Nacional de Habitação, são uma importante referência nesse sentido. Contudo, se essas informações ganham em termos de legitimidade e confiabilidade, perdem, no nível municipal, por não traduzirem as peculiaridades e leituras locais e pela sua desatualização, na medida em que têm por base os dados do Censo de 2000.

Por essa razão, no âmbito da elaboração de um PLHIS, convém a adoção de outros tipos de informações. É importante que se destaque que não está no escopo de desenvolvimento deste PLHIS o levantamento de campo de informações detalhadas sobre as condições de moradia das famílias locais. Não se trabalha com a expectativa de obtenção de números exatos, pois não é este o objetivo de um plano estratégico. Para que o diagnóstico se constitua como uma base para a elaboração das propostas estratégicas, é suficiente que seja feita uma aproximação consistente da quantificação dos problemas habitacionais e das causas determinantes de composição deste quadro.

Assim, dentro da metodologia proposta, essa “aproximação” é alcançada com a coleta de informações de distintas origens e sua análise relacionada. Para a elaboração do PLHIS de Cariacica propõe-se a adoção de três fontes distintas de informação, que deverão ser sistematizadas e trabalhadas de forma articulada pela consultoria e analisadas e levadas ao debate junto às equipes instituídas. O quadro seguinte apresenta as distintas fontes e dados a serem levantados e sistematizados:

Quadro 05 – Síntese das principais fontes de dados e informações para o PLHIS de Cariacica

Fontes Oficiais: Buscam-se as informações de instituições oficiais, como os dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE, referentes ao Censo de 2000 e 2010, além de dados socioeconômicos que instruem uma leitura sobre o processo de desenvolvimento local. Utilizam-se ainda as informações disponibilizadas pela FJP, base para a quantificação do quadro das necessidades habitacionais, e o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Destaca-se ainda o Plano Nacional de Habitação e os estudos realizados como uma referência metodológica e conceitual fundamental para o desenvolvimento de todo o PLHIS.
Déficit Habitacional no Brasil, 2006. (Brasília, 2008); Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Guia Básico dos Programas Habitacionais. (Brasília, 2007/2008); Plano Nacional de Habitação. (Brasília, 2008); Caracterização dos Tipos de Municípios – Estudos técnicos do PLANHAB. (Brasília, 2008); Assentamentos Precários no Brasil Urbano (Secretaria Nacional de Habitação, Centro de Estudos da Metrópole/2007). PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios; CENSO 2010; SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.
Fontes Institucionais: Coleta, sistematização e análise de informações que colaborem para a construção dos eixos de análise propostos e que estejam disponíveis na SEMDUR e em todos os setores do município, e em estudos já realizados que abordem direta ou indiretamente o tema da moradia em Cariacica.
Plano Diretor Municipal (informações territoriais): uso do solo, assentamentos informais, estruturação urbana, divisão territorial, áreas vazias e subutilizadas, restrições ambientais, entre outros; Cadastro Imobiliário Municipal: estrutura fundiária, vazios, urbanos, áreas públicas, e /ou de uso institucional...; Cadastro IPTU, ITBI: valor da terra Cad-Único / Bolsa Família; Cadastro MCMV, Cadastros Habitacionais e da Assistência Social; Mapeamento ZEIS (Zonas especiais de interesse Social) Mapeamento áreas de risco (Defesa Civil- CPRM); Mapeamento Infra-estruturas existentes e projetos estruturadores do Município; Mapeamento dos projetos habitacionais em implantação (MCMV, PAC...) e outros projetos da SEMDUR Estrutura administrativa e legislação relacionada à temática; Demandas do OP relacionadas; Relatórios do Plano Diretor; Agenda Cariacica, Cariacica em dados; Outras informações ...



Informações da Sociedade: Entende-se aqui o conjunto de percepções e compreensões da questão habitacional de Cariacica por parte dos distintos agentes obtidos através das reuniões setoriais; e as informações ou trabalhos produzidos por agentes externos;

Informações obtidas junto aos agentes de saúde (pesquisa);

Informações obtidas junto aos delegados do OP (reunião);

Informações obtidas junto aos conselheiros do Conselho Municipal de Habitação e Conselho de desenvolvimento urbano (Plano Diretor)

Informações obtidas nas reuniões com o movimento organizado e agentes da produção da HIS.

Os levantamentos e a sistematização dos dados institucionais se dará sobre o material fornecido pela Secretaria e através de visitas aos respectivos departamentos e secretarias do Município. As informações da sociedade serão obtidas através de técnicas participativas e/ou reuniões com perguntas semi-estruturadas e com perguntas abertas que possam incitar o debate e a reflexão sobre os problemas da moradia e sobre os entraves para a oferta e produção de HIS e o papel dos agentes. Estão previstas reuniões com agentes da produção privada e social da HIS, e com os delegados e conselheiros do orçamento participativo para breve caracterização do setor habitacional e fundiário das regiões.

Para complementar a elaboração do diagnóstico, propõe-se ainda a realização de levantamentos parciais detalhando a situação das áreas mais problemáticas da cidade. Estes levantamentos parciais têm como objetivo principal, além de qualificar o diagnóstico como um todo, instruir o processo que ocorrerá na Etapa III de elaboração deste PLHIS, de definição de prioridades de atendimento. Duas estratégias distintas serão adotadas para obter estes levantamentos parciais: (i) visitas orientadas aos locais de maior problemática habitacional com levantamento fotográfico; (ii) trabalho com os agentes da estratégia saúde da família, com a aplicação de questionário junto às equipes, buscando construir informação quantitativa e qualitativa sobre a moradia nas áreas onde os agentes atuam.

Uma síntese preliminar do diagnóstico será levada para debate e complementação junto à Comissão Municipal Acompanhamento local e para posterior debate Público realizado em Audiência Pública.

Na etapa de diagnóstico, compete à consultoria o levantamento, sistematização e análise dos dados disponíveis; a elaboração do material de síntese a ser levado aos debates, a realização das pautas e condução temática das reuniões setoriais; a elaboração do material de divulgação dos eventos; a elaboração do material didático e de comunicação a ser utilizado. É ainda de responsabilidade da consultoria a elaboração final dos documentos do diagnóstico e registro do processo.



4.3. Elaboração das Estratégias de Ação:

Trabalhar o PLHIS com uma perspectiva estratégica significa identificar os aspectos que, dentro da complexidade da problemática habitacional, são considerados cruciais. É preciso pensar a implementação das estratégias ao longo do tempo, para que este Plano assuma o papel de um instrumento efetivo de planejamento habitacional, articulado ao planejamento territorial, ambiental, de saneamento etc.

Para fortalecer esta articulação e uma abordagem transversal do desenvolvimento urbano com foco na questão habitacional, assumem como referências conceituais importantes, os planos e programas previstos ou implementados no município.

De outra sorte, o caráter democrático e participativo do Plano requer que sua construção se dê de forma pactuada. Assim, o processo adotado deve facilitar a construção de acordos, permitindo o ajuste das expectativas dos distintos agentes. Para integrar as distintas visões, propõe-se a utilização de instrumentos de planejamento estratégico.

Propõe-se ainda que as metas propostas pelo PLHIS assumam um caráter temporal, ou seja, sua implementação deve ser escalonada, monitorada e periodicamente avaliada. Para isso, complementarmente, exige-se a projeção de um *Sistema Local de Gestão do PLHIS* – incluindo um sistema de informações.

Procedimentos:

A elaboração de Estratégias de Ação dar-se-á através de uma sequência de reuniões, definindo de forma sucessiva e pactuada onde serão trabalhadas as seguintes pautas:

- Quantificação da metas físicas de atendimento;
- Projeção dos cenários de atendimento e necessidade de investimentos;
- Definição das prioridades, metas, recursos e fontes de financiamento;
- Elaboração das diretrizes, objetivos, programas e ações;
- Definição de Indicadores, formas de monitoramento e avaliação do PLHIS.

As metas físicas deverão ser trabalhadas a partir de cenários (hipóteses) de atendimento. Esses “cenários” auxiliam na avaliação das alternativas de atendimento das demandas atual e futura no que diz respeito à necessidade de investimento e demanda por terra urbanizada. Segundo o Plano Nacional de Habitação, as metas físicas:

Devem abordar o conjunto das necessidades habitacionais, mas sem que isto signifique que o poder público seja o responsável único por prover as condições necessárias pela promoção de unidades prontas e acabadas, capazes de atender o universo de demandas por moradia existente na sociedade brasileira (Plano Nacional de Habitação, Produto 5).

Nesse sentido, faz parte também do escopo do PLHIS a definição de prioridades públicas de atendimento e a definição dos demais atores que poderão ser envolvidos no atendimento da demanda identificada, presente e futura.

Tal processo de elaboração ocorrerá através da realização de um conjunto de reuniões realizadas com o grupo de gestores municipais e com a Comissão de Acompanhamento Local para posterior debate e validação com a sociedade, através da realização da segunda Audiência Pública.

Nesta terceira etapa consideram-se os seguintes conceitos:

- *Diretrizes* – São orientações gerais daquilo que se quer através do PLHIS. Devem ter por base não só o diagnóstico elaborado, os interesses dos agentes locais, as referências legais existentes, mas, também, as diretrizes da Política Nacional de Habitação, as quais estão relacionadas: (i) ao desenvolvimento



institucional; (ii) à mobilização de recursos, identificação da demanda e gestão de subsídio; (iii) à qualidade e produtividade da produção habitacional; (iv) ao sistema de informação, avaliação e monitoramento da habitação; (v) à urbanização de assentamentos precários e produção de habitação; (vi) à integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano; (vii) às estratégias de gestão regional, se for o caso;

- **Objetivos** – São resultados que se pretende alcançar com a implementação do PLHIS, dentro de seu marco temporal e a partir das diretrizes definidas. É a base para a definição dos programas e ações a serem previstas pelo PLHIS;
- **Programas, Ações e Metas** – Programas consistem em um conjunto de ações – orçamentárias e não-orçamentárias - articuladas, que, por sua vez, são as operações das quais resultam um produto ofertado à sociedade. Os programas e ações do PLHIS deverão ser priorizados, dentro de uma visão estratégica do enfrentamento dos problemas habitacionais. A partir da definição das ações e dos programas que servirão de base para a concretização das estratégias de ação do PLHIS, definem-se as metas, que são os resultados desejados de cada ação, em um determinado período de tempo. As metas, desta forma, servirão de base para o orçamento das ações relacionadas à política habitacional, a ser contemplado no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Orçamento Municipal;
- **Recursos e Fontes de Financiamento** – A definição dos recursos necessários ao cumprimento de cada meta e a origem deste recurso (fontes de financiamento) é etapa fundamental para que os objetivos traçados para o PLHIS sejam cumpridos. A definição dos recursos necessários para o cumprimento de cada meta deve estar conforme a capacidade de investimento local projetada, o que inclui recursos orçamentários, financiamentos externos, recursos advindos de fundos, e demais fontes que venham a ser identificadas ao longo do processo de elaboração do PLHIS;
- **Indicadores, Monitoramento e Avaliação** – Sistema de instrumentos e procedimentos para a avaliação contínua da eficácia, eficiência e efetividade das ações e programas propostos.

Na etapa de elaboração das estratégias de ação, compete à consultoria a elaboração do material de síntese a ser levado aos debates sobre as pautas propostas; a elaboração do material de divulgação dos eventos; a elaboração do material didático e de comunicação a ser utilizado. É ainda de responsabilidade da consultoria a elaboração final dos documentos do Plano de Ação e de registro do processo.

4.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

	ATIVIDADES E PRODUTOS	MÊS 1 JUL	MÊS 2 AGO	MÊS 3 SET	MÊS 4 OUT	MÊS 5 NOV	MÊS 6 DEZ
ETAPA 1 : METODOLOGIA	Reunião Equipe Técnica Executiva – planejamento das atividades, identificação informações existentes, avaliação das expectativas gestores locais						
	Vistoria às principais áreas de HIS do Município						
	Oficina de capacitação/nivelamento dos agentes institucionais e da Comissão Municipal de Acompanhamento -CMA						
	Reunião Equipe Técnica Executiva- fechamento Plano Trabalho e Plano Comunicação						
	Seminário de lançamento público do Pro-Urbi e de APROVAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS						
	Elaboração documento Proposta Metodológica						
ETAPA 2: DIAGNÓSTICO HABITACIONAL	Sistematização informações coletadas SEMDUR / Levantamento dados oficiais e Institucionais						
	Reunião coordenadoras equipes ESF – avaliação estratégia pesquisa e instrumento						
	Atividade de capacitação das Agentes de Saúde apresentação questionários						
	Reuniões setoriais: empreendedores, agentes da produção, movimento social (coleta de dados; percepções e expectativas)						
	Reunião Delegados OP e lideranças (capacitação + coleta de informações)						
	Reunião Equipe Técnica Executiva: avaliação das políticas em implementação e estrutura						
	Reunião Defesa Civil – Áreas de Risco						
	Reuniões setoriais: Conselhos (capacitação e coleta de dados; percepções e expectativas)						
	Oficina de avaliação e complementação do diagnóstico – Equipe Técnica e CMA						
	Apresentação Diagnostico os Conselhos de Habitação e do Plano Diretor						
	AUDIÊNCIA PÚBLICA PLHIS - DIAGNÓSTICO HABITACIONAL						
	Elaboração Documento Diagnóstico Habitacional						
	Atividade de Capacitação dos gestores e Conselho de Habitação para a terceira etapa						
ETAPA 3: ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	Reuniões sequenciais para a definição das estratégias de ação – Equipe Técnica, CMA e Conselho de Habitação						
	Apresentação de pré-proposta (diretrizes, objetivos, programas, ações, metas e indicadores) à CMA e Conselho de Habitação						
	AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLHIS - ESTRATÉGIAS DE AÇÃO						
	Elaboração Documento Estratégias de Ação						

ANEXO I

Reuniões Realizadas



ANEXO I – REUNIÕES REALIZADAS

MEMÓRIA DA REUNIÃO

Registro das Reuniões Realizadas com Equipe Técnica do PRO-URBI

Reuniões Realizadas:

Data: 04-06-2012

Pauta: Reunião de Início dos Trabalhos

Data: 22-06-2012

Pauta: Elaboração do Plano de Trabalho

Data: 20-07-2012

Pauta: Ajustes no Plano de Trabalho

Local: Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação Prefeitura Municipal de Cariacica - ES

Nesta etapa de elaboração da Metodologia foram realizadas três reuniões consecutivas com a Coordenação Geral do Pro-Urbi e Equipe Técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – instâncias responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos contratados; além da realização de visita técnica às principais áreas de HIS.

1- A primeira reunião (dia 04-06) foi realizada com o objetivo de dar início aos trabalhos. Neste encontro, além de estabelecidas as instancias de elaboração, coordenação e acompanhamento dos trabalhos, realizou-se junto à equipe técnica e à coordenação, uma primeira aproximação dos temas e conteúdos a serem abordados. Realizou-se também uma avaliação inicial das principais expectativas dos gestores quanto aos resultados esperados (produtos contratados e processo a ser desenvolvido). No segundo dia deste encontro realizou-se uma visita técnica guiada, nas principais áreas de HIS.

2- A reunião do dia 22-06 teve como pauta a apresentação da proposta de trabalho pela consultoria para debate e ajustes com equipe local. A proposta partiu da elaboração de uma metodologia geral para o Pro-Urbi, a metodologia de elaboração do PLHIS e dos demais produtos contratados com apresentação dos distintos cronogramas de atividades.

3- A terceira reunião realizada com as equipes técnicas e de coordenação foi realizada após a capacitação; esta reunião estabeleceu prioridade para a realização, ainda no decorrer de 2012, para o PLHIS e do Plano de Regularização Fundiária – ambos com recursos da CEF/MC.

Relato realizado por Arq. Jacqueline Menegassi

ANEXO I – REUNIÕES REALIZADAS
REUNIÃO INICIAL
LISTAS DE PRESENÇA

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao ~~PROJETO DE LEI Nº 1.234/2012~~ Município de CARACICA - ES
 Pauta: REUNIÃO INICIAL - APRESENTAÇÃO EQUIPO/FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS
 Data: 04/06/2012 Hora: 14h Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. URB E HAB.

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	GEVACI PERRONI	LATUS	5184166261	GEVACI.PERRONI@LATUS.COM.BR
2	Rubia Nascimento Geminando	UEL/PAC/SEMDUR	99450045	rubianascimento@uphoo.com.br
3	MARCIANA LIMA CARDOSO	GPEAP/SEMDUR	33466209	SEMDUR.GPEAP@GMAIL.COM
4	Percegnhe J. Oliveira	G. HAB. SEMUR	33466203	
5	RICARDO VEREZA LOAI	SECRETARIA	88316015	rverez@caracica.es.gov.br
6	SÔNIA MARETH	SUBSECRETARIA	99965822	soniamareth@ig.com.br
7	ANTONIO CEZAR MARTINS	POSTURAS	33466428	POSTURAS@caracica.es.gov.br
8	Bianca de Souza Pereira	GRU	33466209	biancasouza@protonmail.com
9	MATILDE RIBEIRO DA COSTA	GRU	3346-6209	MFE@PE-COSTA@YAHOO.COM.BR
10	JACQUELINE	LATUS		
11				
12				
13				
14				
15				

ANEXO I – REUNIÕES REALIZADAS
REUNIÃO INICIAL
REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO I – REUNIÕES REALIZADAS
LISTAS DE PRESENÇA

Pág. ____ de ____

LISTA DE PRESENÇA

ASSUNTO: Reunião de Trabalho referente ao PLHIS de CARIACICA -

PAUTA: PLANO DE TRABALHO DO PRO-URBI -

Data / horas: 20.07.2012 **Local:** SEC. DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Nº	Nome	Entidade / Instituição	Telefone / e-mail
1	KARLA MOROSO	LATUS	51.84165853 / KARLAMOROSO@latus.com.br
2	GILMAR DOS REIS LEITE	PREFEITURA CARACICA (SEMDUR)	27.3346.6208 / GILREIS.LEITE@GMAIL.COM
3	ANDRESSON ENRIQUE	SEMDUR / GRU / PMC	27.3346-6204 / SEMDUR.GRU@HOTMAIL.COM
4	MATEUS FELIPE DA COSTA	SEMDUR / SUB	27.3346-6209 / SEMDUR@CARACICA.PS.BA.B7
5	Sabrina Mauro Rodrigues	SEMDUR / UEL - PAC	27.3346-6209 / uel.pac@gmail.com
6	Mariana Lima Cardoso	SEMDUR - GPEAP	33466209 SEMDUR.GPEAP@GMAIL.COM
7	Georginho G. Oliveira	SEMDUR - GHA	33466203
8	Simone Cristina P. do Nascimento	SEMDUR - GHA	3346.6203 HABITAÇÃO@CARACICA.PS.BA.B7
9	Carlos Silvestre Oliveira	SEMDUR / GCO	99776396 CARLOS.SILV@GMAIL.COM / SEMDUR.GCO@CARACICA.PS.BA.B7
10	Tianca de Souza Pereira	SEMDUR / GPU	33466203 tiancasouza@hotmai.com
11	Leonir Rodrigues Rosa de Almeida	SEMDUR / GH	3346-6203 leonirrodriquesrosa@gmail.com
12	JACQUELINE	LATUS	
13			
14			
15			

ANEXO I – REUNIÕES REALIZADAS
LISTAS DE PRESENÇA

LISTA DE PRESENÇAS

Atividade de trabalho referente ao Programa de Políticas Urbanas Integradas – PRO-URB, no município de Cariacica/ES

Pauta: PLANEJAMENTO TRABALHO – PROURB / PLHIS / PUKF

Data: 22/06 Hora: 9:30 Local: SECRET. DESENV. HABITAC.

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	JACQUELINE	LATUS		
2	Bianca de Souza Pereira	SEMDUR-GPU	88010758	biancasouza90@hotmail.com
3	MARCOS FELIPE DA COSTA	SEMDUR-GRU	9241-2146	mrcoscosta@xapo.com.br
4	Ricardo Ferreira da Silva	FEMDUR	88316615	r.ferreira@carriacica.es.gov.br
5	SONIA MARETH	SEMDUR	99965822	soniamareth@gmail.com
6	Ferezinho G. Oliveira	SEMDUR-GA	99330711	detepoliveira@yahoo.com.br
7	RUBIA NASCIMENTO ERAMINONDAS	SEMDUR-UEL	9945.0045	rubiaepaminondas@yahoo.com.br
8	MARIANA LIMA CARDOSO	SEMDUR-GPEAP	81658548	mlcardoso3@hotmail.com
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

ANEXO II

**OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO
MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO**

ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE
ACOMPANHAMENTO
MEMORIA REUNIAO

Registro Oficina de Capacitação Equipe Técnica e Comissão Municipal de Acompanhamento

Data: 21/06/2012

Local: Sala de Reuniões - Prefeitura Municipal de Cariacica - ES

Relato:

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e doze, realizou-se em uma das salas de reunião da Prefeitura Municipal de Cariacica, a Oficina de Capacitação e Nivelamento de Informações para agentes envolvidos com a elaboração do Programa de Políticas Urbanas Integradas do Município, o qual inclui a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse, do Programa Municipal de Regularização Fundiária e do Projeto de Regularização do bairro Padre Gabriel, entre outros instrumentos. A oficina foi realizada em dois turnos – manhã e tarde, e contou com a participação da equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e com representantes da Comissão Municipal de Acompanhamento, que integra além de técnicos de outras secretarias, representantes da sociedade organizada e do movimento popular. O material utilizado consta do anexo, assim como a lista dos presentes. Na sequência, apresentam-se os principais pontos destacados pelos participantes segundo os módulos apresentados.

Etapas 1 – Plano Local de Habitação de Interesse Social:

Preocupação dos participantes:

1. Localização dos empreendimentos de interesse social. Não podemos repetir com o MCMV, o modelo adotado pelo Governo Federal na época da produção do BNH;
2. Qualidade da moradia. É necessário se produzir unidades habitacionais que atendam às características das famílias, respeitando as diferenças de expectativas e necessidades;
3. O papel do município na produção via MCMV. O município de Cariacica ainda não teve condições de orientar este processo e aproveitar o financiamento para o atendimento das demandas de moradia das famílias de baixa renda (0 a 3 SM). Cria-se um impasse: ou se permite que os empreendimentos se viabilizem em áreas que não promovem a inclusão sócio-territorial (periféricas, sem infraestrutura) ou não se autoriza estes empreendimentos enquanto não há uma política fundiária que rompa com este processo de exclusão – estratégia que, pela não produção de HIS – também potencializa a problemática existente.
4. O envolvimento de funcionários quadro na elaboração do PLHIS para que os processos tenham continuidade;
5. A importância da participação da sociedade na discussão das questões urbanas para a continuidade das políticas, mesmo que não haja continuidade política.
6. O presidente do SINDUSCON destaca a importância da participação da sociedade na *Comissão de Acompanhamento* do trabalho.
7. O descompasso entre os debates no âmbito do poder público sobre HIS e a atuação do mercado imobiliário. Se há no âmbito do processo de elaboração do PLHIS, a possibilidade de incluir formas de orientar/conduzir o trabalho da iniciativa privada para ser parceiro do poder público no enfrentamento das demandas de HIS – compromisso social.

Etapas 2 – Plano de Regularização Fundiária:

Preocupação dos participantes:

1. Instrumento mais adequado para regularizar a posse da terra. Vantagens e desvantagens da titulação;

2. Relação da regularização fundiária e o pagamento do IPTU;
3. Como trabalhar a regularização fundiária em áreas de preservação ambiental;
4. Os tipos de ZEIS e o que se pode fazer em cada uma delas. Relação com o Plano Diretor.
5. Os desafios da permanência das pessoas regularizadas
6. A necessidade de melhorias urbanas

Etapas 3: Instrumentos Normativos

Código de Obras:

1. Abordagem regionalizada/metropolitana dos aspectos a serem regulamentados –facilitar o entendimento para os técnicos
2. Compatibilizar legislação (PDM) - regulamentos dos afastamentos
3. Questão dos estacionamentos,
4. Legislação deve incluir questões de infra-estrutura.
5. Compatibilizar com licenciamento ambiental.
6. Terraplenagens – exigir projeto/ responsável técnico; e licenciamento ambiental
7. Obras publicas não são licenciadas – escolas,outros...
8. Incorporar exigências recentes – eficiência energética associada a escalas de empreendimentos

Parcelamento do solo

1. Incluir Condomínio no parcelamento do solo;
2. Falta da figura do desmembramento;
3. Incluir as penalidades para quem descumpra a lei;
4. Questão das garantias – caucionamento
5. Regularização do consolidado; .
6. Parcelamento na área rural – conflito com Regulação do PD – como resolver?
7. Município deve dar as diretrizes- O Plano vai definir o que são estas diretrizes, as etapas da regularização e os procedimentos necessários..
8. Cidade não tem eixos viários estruturantes, cada loteamento é uma parcela individual (colcha de retalhos).
9. Condomínios de lotes – único município que ainda resiste a implementação... debate ideológico; mercado imobiliário vai demandar (área rural do município é muito bela – já existe pressão do mercado para parcelamento.)
10. Fortalecer a questão das sanções... Poder de Polícia
11. Invasão das áreas de equipamento- dificuldades administrativas de efetivar a penalidade.
12. Produção irregular é muito forte (cultural) - como trabalhar para a mudança de cultura ?.

Relato realizado por Arq. Jacqueline Menegassi

ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

LISTAS DE PRESENÇA



Pág. 01 de 02

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao Programa de Políticas Urbanas Integradas – PRO-URB, no município de Cariacica/ES

Pauta: REUNIÃO DE CAPACITAÇÃO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

Data: 21/06 Hora: 9:00hs Local: PREFEITURA MUNICIPAL

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	JACQUELINE KENETARI	LATUS		
2	MARIANA LIMA CARDOSO	SENDUR	33466209	SENDUR.GPEAP@GMAIL.COM
3	Paulo Mattos	PRMOC	33366716	JPT.VIA@TEPACOM.BR
4	FLOREANO VIEIRA DA SILVA	SEMPISA-PMC	33466270	SilvaFlores@Gmail.com
5	DANIEL CORRÊA DA SILVA	PRMOC	9816-3376	muda.davitt@gmail.com
6	ANDRESSON GOMES	SENDUR/GRUPO	9246-1463	ANDRESSON@HOTMAIL.COM
7	Zimone Cristina Gomes do Nascimento	SENDUR/CH	99483689	zimonecristina2008@HOTMAIL.COM
8	Reginilde de Jesus de Oliveira	SENDUR/CH	99330711	detepoliveira@yahoo.com.br
9	MARLOS FELIPE DA COSTA	SENDUR/CH	92412146	MARLOS_FELIPE_COSTA@YAHOO.COM.BR
10	RUBIA NASCIMENTO EPAMINONDAS	SENDUR/UR	33466209	RUBIAEPAMINONDAS@YAHOO.COM.BR
11	ELIOS JOSÉ DE ALMEIDA	MNLM-ES	98589019	ELIOSGOLUZDAALMEIDA@YAHOO.COM.BR
12	SONIA MARETA	SENDUR	99965832	soniamareta@ig.com.br
13	RICARDO VEREZA RIBEIRO	SENDUR	98316015	r.vereza@carriacica.es.gov.br
14	Yasminha Lima da Silva	MNLM	97418742	
15	Isone Rodrigues da Silva	SENDUR	97197339	isoneirodriguesroza@gmail.com



Pág. 02 de 02

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao Programa de Políticas Urbanas Integradas – PRO-URB, no município de Cariacica/ES

Pauta: REUNIÃO CAPACITAÇÃO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

Data: 21/06 Hora: 14:00hs Local: PREFEITURA MUNICIPAL

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	JOSÉ RENATO LAURICIA DE ALMEIDA	ADEMI-ES	8111-3787	joserenato@premiumsmoveis.com.br
2	Sabrina da Silva Claudino	SENDUR-CFS	92226564	sabrina.claudino@gmail.com
3	ANTONIO CEAR MARTINS	SENDUR-CPO	33466428	POSTURAS@CARIACICA-ES.GOV.BR
4	GILMAR DOS SANTOS LOPES	SENDUR-CPO	11	11 11
5	Andria Almeida Lopes de Deus	SEMMAM-BSA	81649640	lopesdedeus.andria@yahoo.com.br
6	Mellina Zangari Buda	SEMMAM	8153-8741	mellinazbo@gmail.com
7	Bruna Sena da Silva	SEMMAM	(21) 9884-2513	brunasenadasilva@gmail.com
8	Claudia de Jesus	LATUS	(51) 84166377	claudiajesus@latus.com.br
9	Danielle Bastos	SENDUR-GRU	99828856	danielle-bastos@hotmail.com
10	Mário Antonio M. Lopo	SENDUR-GPU	99057007	marioamlopo@gmail.com
11	Francisca de Souza Pereira	SENDUR-GPU	98010758	franciscasouza@hotmail.com
12	Danuzia Mota Ribeiro	SEMPFI	99044289	danuziamota@hotmail.com
13	Hilana B. L. Pereira	SEMPFI	3346-6243	hilanapereira@gmail.com
14				
15				

ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO
REGISTRO FOTOGRÁFICO



ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 1 DE 12

18/9/2012



ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 2 DE 12

18/9/2012

INTRODUÇÃO

A exclusão socio-espacial

O intenso processo de urbanização brasileiro gerou um enorme déficit habitacional urbano, estimado em mais de 5 milhões de unidades habitacionais e um número significativo de Assentamentos precários onde se doam cerca de 12 milhões de famílias.

DÉFICIT + INADEQUAÇÃO HABITACIONAL

Agglomerados Subnormais-Ibge2010

- 4.309 aglomerados subnormais
- 3.354.539 domicílios particulares ocupados (51%) dos DPO Ocupados
- 11.425.644 pessoas residentes (9%)

INTRODUÇÃO

O novo contexto jurídico-institucional brasileiro

PROCESSO DESAFIADOR - ENFOQUE DA CIDADE
COMPROMISSO DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROTEÇÃO URBANA REGULADA PELO PLANO DIRETOR

COMPROMISSO MUNICIPAL NA REGULAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO DA PROPRIEDADE PRIVADA VISANDO O EQUILÍBRIO, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA SOCIAL NA PRODUÇÃO E CONSUMO DA CIDADE

INTRODUÇÃO

O contexto municipal: IMPLANTAÇÃO do PRO-URB

DESAFIO DA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS E DE HIS

IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE

- Promoção do direito à cidade sustentável
- Uso e ocupação solo, equilibrado e redistributivo

Gestão Participativa

PLANO DIRETOR

PLANO SETORIAL

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social

A questão habitacional no Brasil:

Dois momentos:

1964	HABITAÇÃO = ABRIGO PRODUÇÃO HABITACIONAL = POLÍTICA ASSISTENCIALISTA
1988	HABITAÇÃO = MORADIA = DIREITO PRODUÇÃO HABITACIONAL = CONSTRUÇÃO DE CIDADÊ

A questão habitacional no Brasil:

Revisando Conceitos:

ENVOLVE:

- terro
- saúde
- emprego
- transporte
- educação
- segurança
- lazer
- cultura
- meio ambiente

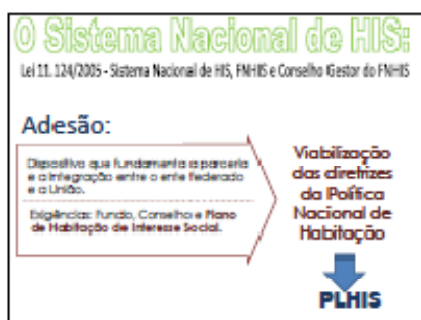
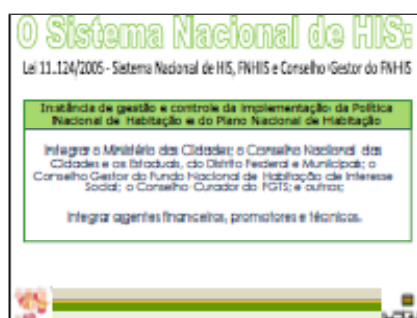
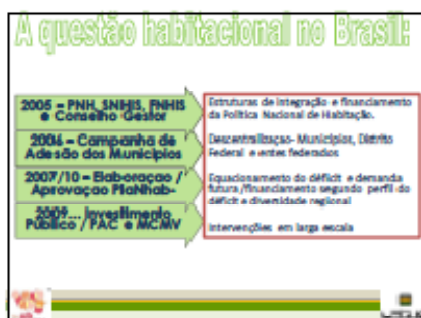
AGENTES:

- Poder Público
- Comunidades
- Empreendedores
- Cooperativas
- Financiamentos

ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

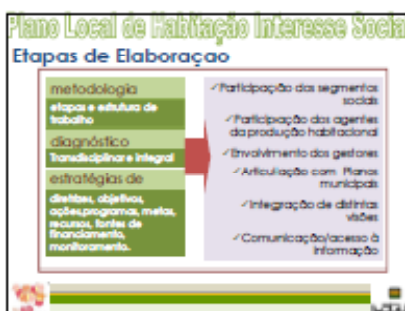
MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 3 DE 12

18/9/2012



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 4 DE 12

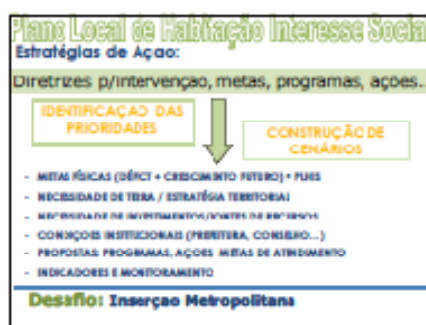
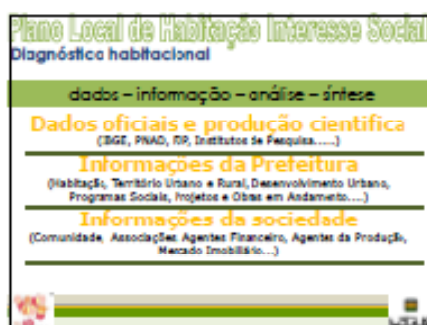
 Plano Nacional de Habitação	
Plano Nacional de Habitação PNH 2011	PRIMA MACROALDEIA DO Complexo dos Barragem - São Paulo
DESAFO DO PLANHAB: • Identificar, entre milhões de habitantes o objetivo principal de Política Nacional de Habitação: intermediação e controle da moradia para todo cidadão brasileiro.	• Melhorar as condições de habitabilidade física; • Ampliar a oferta de moradia digna da população de baixa renda nos setores de habitação rural;
COMO ... C/DIFERENTES FORMAS DE RECURSOS - e recursos humanos Urbanista, 3 engenheiros, geógrafo, promotor, fiscais e técnicos, de movimentos sociais e de outras entidades	• Fortalecer capacidade técnica e institucional do setor público e privado na área de habitação - através de um "curso" variável a ser desenvolvido; • Ampliar a intermediação, incluindo-se, por exemplo, para a implementação de PNHs



ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 5 DE 12

18/9/2012



ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 6 DE 12

18/9/2012

Regularização Fundiária

CONCEITO

"Regularização Fundiária é o processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de população moradora de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando assessoramento multissetorial no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária."

Adriana de Moraes Afonso

Articulação: a política de regularização com as políticas fundiária, urbana, habitacional, ambiental, tributária e organizatória do Município.

Regularização Fundiária

POLÍTICA

PROMOVER A URBANIZAÇÃO, A PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS HUMANOS PERCIBINDO AÇÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO E MELHORAR SUA CONDIÇÃO DE HABITABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL.

Processo de Regularização Fundiária:

- Diagnóstico da Irregularidade Urbana (análise de situação atual e identificação das necessidades básicas da população beneficiária)
- Elaboração do Plano de Regularização Fundiária (PRF) e do Projeto de Regularização Fundiária (PRF-PRF)
- Implementação do PRF-PRF (realização de obras de infraestrutura, regularização fundiária, etc.)
- Monitoramento e avaliação do processo de regularização fundiária

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NORMATIZAÇÃO

O Plano de Regularização Fundiária:

O QUE É?

É um instrumento de política urbana municipal, tem por objetivo promover o direito à cidade e à moradia das famílias dos assentamentos informais.

É o planejamento de uma política pública que deve incidir necessariamente na questão da legalização das áreas exercidas para fins de moradia, no resgate da cidadania das famílias moradoras destes assentamentos.

DIAGNÓSTICO DA IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA DOMICÍPIO + PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Plano de Regularização Fundiária

COMO INTERVIR?

Os Eixos de Intervenção:

- 1. **IRREGULARIDADE URBÂNICA:** quando o planejamento, as edificações e as atividades estão em desconformidade com a lei.
- 2. **IRREGULARIDADE JURÍDICA:** quando a situação de posse ou propriedade é irregular.
- 3. **IRREGULARIDADE FÍSICA:** quando o loteamento e as edificações estão inadequadas à moradia, necessitando de obras e serviços.
- 4. **EXCLUSÃO SOCIO-TERRITORIAL:** quando as famílias estão em situação de vulnerabilidade social.

Ações de Intervenção:

- Aprovar o planejamento junto ao poder público
- Garantir a posse através de um Título
- Realizar obras de infraestrutura e promover serviços
- Articulação entre as instituições envolvidas mobilizando a comunidade

Plano de Regularização Fundiária

COMO INTERVIR?

As ações do Plano de Regularização Fundiária:

1. Mapear, quantificar e qualificar os assentamentos informais do município;
2. Classificar as irregularidades de acordo com os eixos de intervenção – **fluxo de intervenção**;
3. Definir as estratégias de intervenção com base nos critérios de política urbana e habitacional:
 - prioridades;
 - critérios de atendimento;
 - instrumentos jurídicos, administrativos e de mobilização e participação social;
4. Identificar os atores/ parceiros para a implementação do projeto de regularização fundiária.

Plano de Regularização Fundiária

COMO INTERVIR?

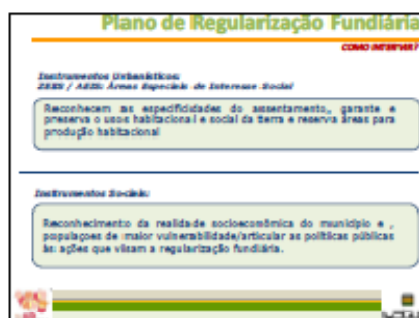
Os TIPOS DE IRREGULARIDADE variam conforme:

- o tipo de ocupação territorial: formal, ocupações, loteamentos clandestinos ou irregulares, cortiços, etc;
- as características físicas (qualidade de áreas (distribuição), privacidade, política municipal, APP, política estadual, terras da União, etc);
- as características e especificidades físicas e sociais de cada assentamento;

ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 7 DE 12

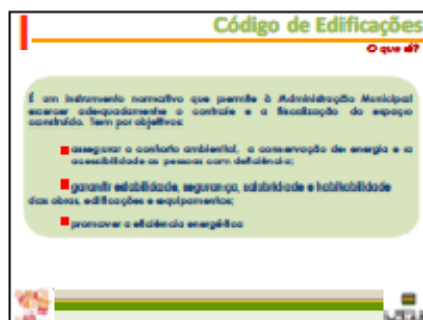
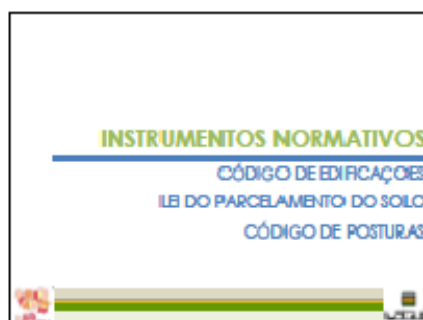
18/9/2012



ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 8 DE 12

18/9/2012



ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 9 DE 12

18/9/2012

Código de Edificações

Referências

Elaborado tendo como referências:

- Código Civil;
- Princípios, concepção e técnicas construtivas emitidas pelo Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- Legislação Local, Plano Diretor, Código de Posturas, Regulamento Urbanístico, Regulamento do Solo Urbano;
- Ministério da Saúde (Ambientes vinculados à Saúde e Vigilância Sanitária)
- Ministério do Trabalho (condições físicas das locais de trabalho)
- Regulamento do Corpo de Bombeiros;
- Regulamentos dos concessionários dos serviços de energia elétrica, gás, água e esgoto;

Código de Edificações

Conteúdo

- Da responsabilidade dos agentes (proprietários / usuários, proprietários, construtores e poder público);
- Da aprovação dos projetos e licenciamento das obras, procedimentos, tributos, prazos, requisitos;
- Das Obras, procedimentos para a construção, controle das obras, prazos, liberação de habite-se, vistoria, responsabilidade;
- Das normas para melhor classificação das edificações, padrões e regras para os equipamentos, ventilação, iluminação, acústica, padrões construtivos, materiais, eficiência energética;
- Das tribuições e penalidades para o não cumprimento das obrigações e regras;
- Disposições Finais, fiscalização, monitoramento, revisões, etc.

Código de Edificações

Questões para reflexão ...

No Brasil existe um volume expressivo de construções ultrapassando 75% das construções segundo o Ministério das Cidades;

Atualização, controle e monitoramento;

Desconhecimento das regras e desconformidade dos procedimentos;

Dificuldade de acesso (10) à assistência técnica para elaboração e aprovação de projetos;

Problemas de vedação e custos;

Código de Edificações

Questões para reflexão ...

Crescimento econômico e o consequente AUMENTO DAS ÁREAS CONSTRUÍDAS

Adequação dos materiais Novas tecnologias Especificações técnicas regionais e locais

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

NOVOS PADRÕES / INDICADORES - NOVOS PARADIGMAS

Código de Edificações

Novos Paradigmas...

O movimento de energia verde em 2007 facilitou a implementação de leis e decretos referentes à eficiência energética no país. O DECRETO Nº 4.892/07, DO GOVERNADOR, e a LEI Nº 10.140/07, referente à POLÍTICA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DE ENERGIA, determinam o estabelecimento de níveis mínimos de consumo de energia, os mínimos de eficiência energética, de redução e expansão consentidos de energia elétricas em empreendimentos no Brasil.

Para viabilizar as exigências desta Diretriz, o Senado Federal sancionou em 2009 a LEI Nº 12.316/09, que institui o Programa de Eficiência Energética em Edificações - PEEDE, visando reduzir os custos necessários para reduzir o consumo de energia nas edificações no Brasil.

Em 2009, o Instituto foi incluído no processo oficial de criação do Conselho Nacional (CN) que definiu o processo de elaboração do Regulamento Nacional de Conservação de Energia (RNCE), aprovado em julho de 2009, com o Projeto de Lei nº 10.140/07 e nº 10.140/09, que aprovaram, respectivamente, o Regulamento Técnico do Conselho do MIBR de EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA EDIFÍCIOS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICOS (MIBR-CE) e o Regulamento de AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO MIBR de EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA EDIFÍCIOS COMERCIAIS, DE SERVIÇOS E PÚBLICOS (MIBR-CE).

2 Parcelamento do Solo

O que é?

Segundo a Lei Complementar 028/2007...

Art. 149 - O Parcelamento do solo urbano atenderá o disposto nesta Lei, e será regulado em Lei Municipal, que deverá ser aprovada, não prazo de 90 (noventa e noventa) dias, estabelecendo os parâmetros para a aprovação de loteamentos, condomínios urbanísticos, regularização de loteamentos clandestinos e assentamentos existentes, observando as disposições da legislação federal e estadual de que trata a matéria.

ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 10 DE 12

18/9/2012

2 Parcelamento do Solo

O que é?

É um instrumento normativo que estabelece as formas de divisão de uma gleba de terra em parcelas menores, espalhadas no lote. O objetivo é a subdivisão de terrenos destinados ao exercício das funções urbanas.

De acordo com:

- as normas do parcelamento (planos de lote, gabaritos mínimos) em consonância com o planejamento do Plano Diretor, CONDOMÍNIOS;
- a disponibilidade de áreas públicas e infraestrutura (parques e equipamentos);
- a infraestrutura viária;
- e os procedimentos administrativos de aprovação e outorga.

O parcelamento e ocupação do solo tem como finalidade desenvolver as diferentes atividades urbanas, com a concentração, equidistância dentro das áreas e de pessoas no território, estabelecer e controlar o desenvolvimento urbano, tanto a nível do município, mediante controle do uso e aproveitamento do solo.

2 Parcelamento do Solo

Referências

Estabelecido tendo como referências:

- Lei Federal Estatuto das Cidades
- Lei Federal do parcelamento do solo (479/1991 - em debate)
- Código Florestal
- Plano Diretor Municipal
- Plano Ambiental Municipal
- Lei do Parcelamento Urbano

2 Parcelamento do Solo

Referências

Segundo o Estatuto das Cidades...

10 - Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) utilização inadequada dos terrenos urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) parcelamento do solo e utilização no uso adequado ou inadequado em relação à infraestrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego sem a previsão de infraestrutura correspondente;
- e) o uso específico de áreas urbanas, que resulte na sua subdivisão ou na utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanas;
- g) produção e deposição ambiental;
- h) expansão da população e fluxos de deslocamento.

2 Parcelamento do Solo

Conteúdo

- Das definições, normativas - parcelamento / desenvolvimento
- Das parcelas - tamanho do lote e quadras, ruas, parcelas viárias
- Das áreas de destinação pública - equipamentos comunitários, espaço público
- Do papel das agências - parcelas, Poder Público
- Dos procedimentos administrativos - etapas, prazos

A Lei de Parcelamento do Solo deve trazer ainda normas específicas para os instrumentos de interesse social que devem ser implantados preferencialmente nas zonas especiais de interesse social indicadas no Plano Diretor, ou ainda, indicadas no Plano de Regulação Fundiária ou Mutuação.

2 Parcelamento do Solo

Questões para reflexão...

A expressão produção irregular do lote no município de Curitiba

MEIDAS CORRETIVAS
Regulamentação fundiária dos parcelamentos existentes
E.F. DE INTERESSE SOCIAL

MEIDAS PREVENTIVAS
Regulamentação de padrões e procedimentos para o parcelamento de interesse social

3 Código de Posturas

O que é?

É um instrumento normativo que permite à Administração Municipal exercer adequadamente o controle e a fiscalização do espaço público e limitar as normas para o adequado aproveitamento do espaço coletivo urbano, sem como finalidade:

- Adequar o funcionamento das edificações;
- Regulamentar e promover o trânsito e o espaço público;
- Garantir a prevenção de interesses coletivos;
- Estabelecer normas de convivência no uso do espaço comum e do interesse da coletividade.

O Código trata, dentre outras coisas, da regulação e do ordenamento público regulando relações entre o Poder Público local e os municípios, visando disciplinar o uso e o gozo das áreas individuais e do bem-estar geral.

"LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO"

ANEXO II - OFICINA DE CAPACITAÇÃO GESTORES MUNICIPAIS E COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 11 DE 12

18/9/2012

3 **Código de Posturas** **Referências**

Poder de Polícia Administrativa:
 Aos cidadãos é dado exercer seus direitos, previstos na legislação em geral, mas tal exercício deve ser compatível com o bem estar social ou com o próprio interesse da Pólis. Assim, não podendo ser um obstáculo à realização dos objetivos da Pólis ou da sociedade. Por isso, tem a Administração Pública o poder de condicionar a liberdade individual e o uso da propriedade dos administrados ao interesse público e social, exercendo a atribuição de polícia administrativa, ou poder de polícia.

Também, portanto, de poder de que dispõe a Administração Pública para condicionar o uso, o gozo e a disposição de propriedade e o exercício da liberdade dos administrados ao interesse público ou social.

3 **Código de Posturas** **Referências**

Competência municipal: Artigo 30, inciso I da CF/88. A repartição de competência do CF de 1988 determinou que:
Art. 30. Compete aos Municípios:
 I - legislar sobre assuntos de interesse local;

É importante que edições locais à necessidade de compatibilizar o regulamento municipal, no Código de Posturas em relação às demais normas/regulamentos, inclusive de outras instituições.

Um exemplo seria o trânsito, conforme estabelecido o Código Nacional de Trânsito, para qual competem aos Municípios os serviços locais, tais como: estacionamento, circulação, estacionamento, etc. Outro exemplo seria o Código Nacional de Saúde Pública, que prevê a instituição do Regulamento Sanitário Municipal.

3 **Código de Posturas** **Conteúdo**

Com o surgimento de leis sobre matérias específicas, o Código de Posturas sofreu um significativo enriquecimento, restringindo-se progressivamente a regular:

- Autorização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais etc.;
- Uso das legendas políticas;
- Autorização e controle de propaganda, placas e anúncios nas áreas públicas e fronteiras das cidades;
- Controle de mercados públicos, feiras e abatedouros;
- Autorização e funcionamento de eventos, shows, parques de diversão, etc.

Normas jurídicas da competência municipal foram definidas por decreto: Código de Obras, Zoneamento Urbano, Código de Saúde Pública, e outros ... Definiram também os quadros de funções específicas na fiscalização do poder de polícia: Recatamento de Posturas Municipais, Recatamento de Obras, Recatamento Sanitário, Recatamento de Meio Ambiente, Recatamento de Transporte ...

3 **Código de Posturas** **Questões para reflexão ...**

Qual tema cabe ao código de posturas de Curitiba regular?

Relação com demais normas vigentes (potencial ao conflito de competências).

Relação com fiscalização / maior demanda poder de polícia administrativa.

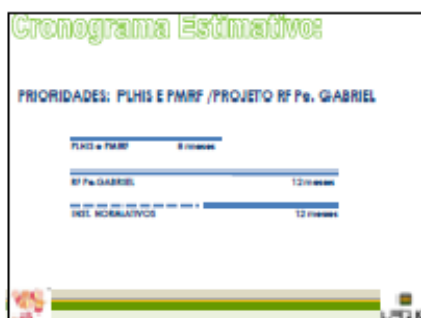
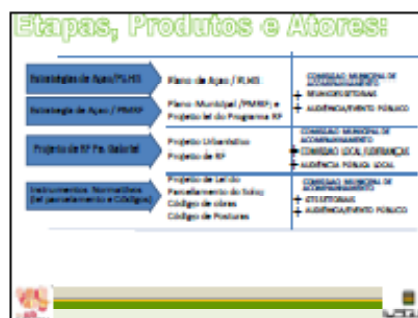
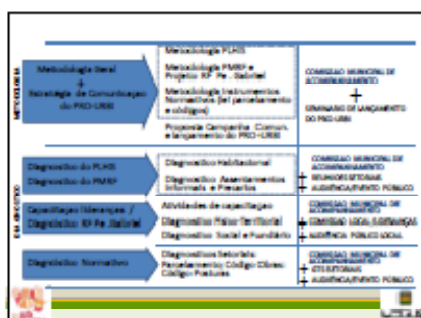
Os debates recentes tem se dado sobre os desafios contemporâneos, como: tapetes de obras, acessibilidade, poluição urbana (limitações à publicidade), limites de uso do espaço público, o exercício de atividades nos espaços públicos, etc.

Piano de Trabalho / Pontos de Debate



MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 12 DE 12

18/9/2012



ANEXO III

**HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE
LANÇAMENTO DO PROURBI**

ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO DO PROURBI

MEMÓRIA DA REUNIÃO – ATA

Ata do seminário de Lançamento do Pro -Urbi e Homologação das Metodologias PLHIS e PMRF

Data: 21/07/2012

Local: Auditorio da FAESE – Campos de Cariacica – Alto Lage

Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e doze, realizou-se no Auditorio da FAESE o Seminário de Lançamento do Programa de Políticas Urbanas Integradas do Município de Cariacica, com a apresentação e homologação da metodologia de Elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse, e do Programa Municipal de Regularização Fundiária, entre outros instrumentos. O trabalho foi aberto com a composição da mesa e com a fala do Secretario do Desenvolvimento Urbano e Habitação, Eng. Ricardo Vereza Lodi, que explanou sobre os principais programas e projetos da Secretaria, referindo especialmente ao POT (Plano de Ordenamento Territorial), às intervenções do PAC, que tem por objetivo a qualificação de áreas de HIS e a Regularização Fundiária; e o Pro-Urbi enfatizando a importância das ferramentas que serão objeto de elaboração dentro do Programa. Após esta introdução a Arquiteta Sonia – representante do CAU falou do desafio do Conselho de trabalhar a arquitetura pública e a fiscalização, colocando os profissionais mais a serviço da sociedade. O Sr Paulo, representante dos Movimentos Comunitários falou da necessidade dos Conselhos serem deliberativos e da importância da formação para que essa participação seja efetiva. A arq. Jacqueline representante da LATUS fez a apresentação da empresa e falou da importância de prestar consultoria para a elaboração de um programa como o Pro-Urbi que trata as questões urbanas de forma articulada e com forte referência nos pressupostos constitucionais e da política urbana e habitacional federal de promoção do direito a moradia e do direito à cidade. Encerrada a manifestação dos componentes da mesa de abertura foi passada a palavra ao advogado Cristiano – assessor da relatoria do Direito à Cidade da Plataforma DHESCA e Diretor Executivo da ONG CDES- Centro de econômicos e Sociais com sede no rio grande do Sul. Cristiano falou sobre a fundamentação do direito à cidade no sistema internacional de direitos humanos e no ordenamento jurídico urbano brasileiro. Enfatizou os temas do direito a moradia, da regularização fundiária e da importância da organização social e cidadã para sua consecução. Após a fala do convidado, foi aberta a palavra para uma primeira participação dos presentes: as manifestações foram do representante da Região 10 do Orçamento Participativo que se apresentou como da associação dos moradores do Novo Horizonte perguntando sobre a regularização fundiária em área do INSS, que já tem investimentos públicos na área e o conflito de retomada do imóvel do INSS, e da mobilização que já ocorre. Falou ainda da importância da regularização fundiária para o município de Cariacica. Depois, Medina Rosalina Fraga, relata o caso de ocupação em área verde e os problemas de saneamento no bairro de Itapemerim – Maracanã. Elias do MNLM falou sobre a rotatividade dos funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e que isso dificulta a implementação dos projetos; defendeu o fortalecimento da instituição, o concurso público e disse que dentre os desafios pontuados pelo Cristiano o da gestão democrática é o mais diretamente relacionado aos movimentos sociais. Na sequência, passa-se a palavra para os representantes da Latus consultoria para apresentar os objetivos do Programa Pro-Urbi e como ocorrerá seu processo de elaboração. Após apresentação do Programa pela arquiteta Jacqueline, a arquiteta Karla apresenta a metodologia para a elaboração do Plano Municipal de Regularização Fundiária. E por fim, novamente toma a palavra a arquiteta Jacqueline para apresentar e homologar a metodologia do processo de elaboração do PLHIS. Após as apresentações abre-se o debate com as manifestações dos presentes. As principais perguntas vieram em relação a regularização fundiária – de maior interesse na reunião. Foi indagado primeiramente por moradores da área do Flechal porque o projeto piloto da regularização fundiária ocorrerá no Padre Gabriel. A Arquiteta Sônia, representante da CAU e ex integrante da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, pediu a palavra para esclarecer o processo, afirmando que com a reunião dos recursos para viabilizar o Pro-Urbi viu também a possibilidade de dar continuidade a um projeto que já havia iniciado anos antes (em 2007) e que seria o “piloto” das ações de regularização fundiária.



O fato da área do Bairro Padre Gabriel ser pública, também facilita o processo. Outros relatos vieram em relação à precariedade de algumas áreas e da importância da regularização fundiária. Em relação ao PLHIS as manifestações foram relacionadas à sua importância especialmente para que o município possa ter uma ação continuada em relação aos programas que começam a ser implementados. Por fim, foi manifestado o interesse dos presentes em se ampliar estes espaços de participação e capacitação, solicitando inclusive que nova oportunidade pudesse ser dada aos que não puderam comparecer neste dia do evento. A consultoria se comprometeu em incluir na próxima atividade novamente os conteúdos relacionados ao PLHIS e ao PMRF. O secretário Ricardo encerra a seção agradecendo a presença de todos e explicando que as novas atividades serão sempre comunicadas e divulgadas pelo site da prefeitura, e através de convites enviados e cartazes distribuídos pela cidade.

Relato realizado por Arq. Jacqueline Menegassi

ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO PROURBI
LISTAS DE PRESENÇA

LISTA DE PRESENCAS

Atividade de trabalho referente ao Seminário de lançamento e aprovação da Metodologia do Município de Cariacica.

Pauta: SEMINÁRIO LANÇAMENTO PROURBI

Data: 21/07/18 Hora: 10:00 Local: FASEA

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
1	Salvina Maria Rodrigues	SEMPUR	3226-8123	salvinamaria-arquitetura@gmail.com
2	Paulo Hefede	FMOC	33366716	IPTEUIT@TATTA.com.br
3	Katia Dindene Pires	Semir	97696252	Katia.DCK@hotmail.com
4	Juliano Motta Silva	SEMPUR	9964-8641	julianoarg@hotmail.com
5	Messias Antonio de Souza		9750-8931	Messiasantonio6@hotmail.com
6	Georgino de Souza Batista	MMOCND	8811-2404	
7	João Vitor Santana		9995-2135	UITOZEFE@CMAG.COM
8	Diomedes de Souza		98280714	
9	Emilia Cely de Silva	M. Valverde		
10	Asmael Siqueira	Novo Horizonte	33361933	
11	Francisco Cândido		37789158	
12	Ricardo Vaz de Lemos	Jornal	88316015	RVaz@caracica.br
13	Nedra de Figueira	Al.	88397124	
14	SHELIA DE SOUSA ASSIS	SEMPUR	92871817	SHELIA_DSA@hotmail.com
15	Maria Batista Faria	São Conrado	97537668	

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
16	Elizângela Silva Ribeiro		88369941	elizangela.silva.ribeiro@hotmail.com
17	Paulo Roberto Pereira		9857-2863	OTAGELMOTOBOY@hotmail.com
18	Marcello de Souza Santos		2798611804	XTMSS@AMBCV.COM.BR
19	Simone		97236879	
20	Nilo Sérgio Moraes		3234-7073	nilosm@oi.com.br
21	João Vitor Santana		9995-2135	UITOZEFE@CMAG.COM
22	Romário Gonzaga Peixoto	SOCIEDADE	3343-4978 99589804	romario.peixoto@R7.com
23	Anna Maria Oliveira Trancoso	Vale dos Pais	33866980 98044919	
24	Maria das Graças Souza Rosa	Vila Prudência	97986223	Associação de Maria das Graças V.P.
25	ZENADE	NOVA AURORA	97827358	
26	Salvina Maria Rodrigues	SEMPUR	3346-6203	salvinamaria-arquitetura@gmail.com
27	Sone Rodrigues Rosa de Almeida	SEMPUR	3346-6203	sone.rodriguesrosa@gmail.com
28	Simone Cristina Gomes do Nascimento	SEMPUR	3346-6203	simonecristina2008@hotmail.com
29	Suziane de Jesus de Oliveira	SEMPUR	3346-6203	habitaçao@caracica.es.gov.br
30	Maria Batista Faria	São Conrado	32261195	97537668
31	Paulo Gervásio Nunes	Novo Brasil	32869587	
32	Luiz Pereira de Brito	Novo Brasil	88499709	
33	Paula Nunes de Souza	Novo Brasil	9713-2219	Paula.NUNES@gmail.com
34	Waldemar Barcelos da Silva	AMOE.V. Esperança	97604888	barcelosws@hotmail.com
35				

ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO PROURBI
LISTAS DE PRESENÇA

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
96	WILHELMO A.O. BAPTISTA	LITON/COMUN.	32164072	AMBRB@GMAIL.COM
97	Gilmar dos Reis Leite	SENDUR	3255-1536	Gilmar.Lite@Gmail.com
98	Edsdo J. d. Marins			
99	Maria das Graças Rosa	Amovip.	32365566	92 99986223
100	Nils Ligeio Powers	Novascreações	3254-1083	nilssmg@i.com.br
101	Emo Maria Oliveira Trindade	Vali dos Reis	98074919	
102	Lore Rodrigues Rosa de Almeida	SENDUR	33466203	loredrodriguesrosa@gmail.com
103	Leão Marcondes Alves	CONSELHEIRO	3369-4730 3139-7838	restaurantemarcondes@hotmail.com
104	Bianca de Souza Pereira	SENDUR/GRU	88040458	biancasouza@hotmail.com
105	NILSA SILVA GALVÃO	CONSELHEIRO	98610591	
106	Sabrina da S. Claudino	SENDUR	92226564	sabrina.claudino@gmail
107	Waldeir Barcelos da Silva	AMOVIP	97604888	barcelosws@hotmail.com
108	MARCOS FELIPE DA COSTA	SUB/SENDUR	92412146	
109	PEDRO SMARCARO	DELEGADO	98360321	PEDROSMARCARO@YAHOO.COM.BR
110	JOSE BENEDITO FORTES	CONSELHEIRO	99934676	compunitor@yahoo.com.br
111	Elisângela Gomes	MINIM-ES	9889019	ELIASGOMESDAWDA@YAHOO.COM.BR
112	Vivian Sallés de Souza	CONSELHEIRO - SEMAS	98212137	AMERSONA.PEMAS@Caminho.com.br
113	Zenobio Eloy FARDIN	SEMAG	88350302	zenobioferdin@gmail.com
114	SERVA MARETH	CAU/ES	99965822	SERVA.MARETH@CWET.ORG.BR
115	Paulo ASSIS de Souza	Variado	98505250	

Nº	Nome	Representação	Telefone	E-mail
56	Carlos Silvestre Oliveira Paz	SENDUR	99776396	carlos.sop@gmail.com
57	ESTEVÃO P.S.P. RIBEIRO	SENDUR	92230440	ESAITT@YAHOO.COM.BR
58	GILENO A. ABREU	OP	36190194	
59	Alcides Rosa de Sá	CONSELHEIRO DO OP.	38333373 88592193	ALCANDRECSADCS@YAHOO.COM.BR
60	Alemin José Nunes	OP.	33167198	
61	João Paulo de Oliveira	OP	33763407	
62	Getulio Pereira de Sá	OP	33447690	
63	João Paulo de Sá	OP	8812404	
64	Messias Antonio de Souza	OP	98508931	
65	Paulo Roberto Silva	OP	97696212	KATIS.DCK@hotmail.com
66	Nilson Silva GALVÃO	OP/CONSELHEIRO	98610591	
67	Luiz da Vitória	CONSELHEIRO	99131118	
68	Paulo César Nunes	CONSELHEIRO	98312593	
69	JACQUELINE	LATUS		
70				
71				
72				
73				
74				
75				

**ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO PROURBI
REGISTRO FOTOGRÁFICO**



ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO PROURBI
MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 1 DE 5

18/9/2012



ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO DO PROURBI

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 2 DE 5

18/9/2012

CONTEXTUALIZAÇÃO
a produção excludente do espaço urbano
estruturação urbana e localização:

CONCENTRAÇÃO DA
Edificações,
Serviços,
Infra-estrutura,
BENEFÍCIOS URBANOS

ESCARCEZ E INIGRAÇÃO

falta de planejamento??

GRADIENTE DO PREÇO DA TERRA
DISPUTA DAS ATIVIDADES NO USO DO SOLO



CONTEXTUALIZAÇÃO
falta de planejamento??

1. Planos Diretores e Zoneamento:
* Objetivos e condições de investimentos e seus efeitos, sem relação com a real capacidade de investimento do Poder Público
modelos idealizados que jamais se implementam!!
* Padrões oferecem espaços para as classes médias e altas superarem as que podem alcançar
padrões urbanos idealizados!! x realidade que não!!



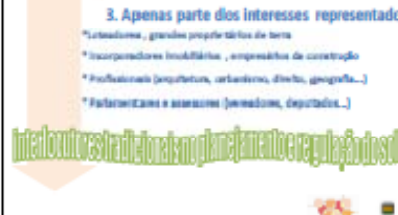
CONTEXTUALIZAÇÃO
falta de planejamento??

2. Separação entre o planejamento urbano e os processos de gestão urbana
* Separação entre o planejamento urbano e o planejamento das políticas setoriais
* Separação entre o planejamento urbano e o planejamento tributário
* Separação entre o planejamento urbano e o planejamento dos investimentos na cidade
fragmentação e visão idealizada



CONTEXTUALIZAÇÃO
falta de planejamento??

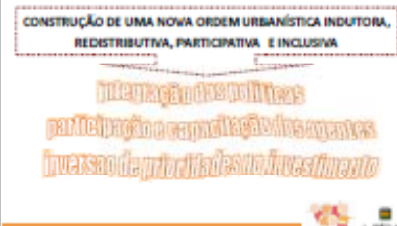
3. Apenas parte dos interesses representados:
* Intendentes, grandes proprietários de terra
* Incorporadores imobiliários, empreiteiros de construção
* Profissionais (arquitetos, urbanistas, direito, geografia...)
* Parlamentares e assessores (jornalistas, deputados...)
interesses tradicionais no planejamento e regulação do solo



CONTEXTUALIZAÇÃO
novos contextos para política urbana:

CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM URBANÍSTICA INDUTORA, REDISTRIBUTIVA, PARTICIPATIVA E INCLUSIVA

integração dos políticos
participação e capacitação dos agentes
inversão de prioridades no investimento



CONTEXTUALIZAÇÃO
novos contextos para política urbana:

argumentos: função social da cidade e da propriedade urbana
A gestão urbana e as normas urbanísticas podem reforçar a lógica excludente e concentradora do mercado ou incidir para a reversão desta lógica.
maior capacidade reguladora e indutora do pp



ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO DO PROURBI

MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 3 DE 5

18/9/2012

CONTEXTUALIZAÇÃO

novos contextos para política urbana:

instrumentos: Democratização da gestão urbana

Os instrumentos de participação ajudam a democratizar a tomada de decisão à medida que estabelecem mecanismos transparentes, conhecidos e legitimados pelos diferentes setores da sociedade, dando oportunidade para que diferentes grupos e interesses se façam representar respondendo com práticas clientelistas.



CONTEXTUALIZAÇÃO

O NOVO QUADRO NORMATIVO E INSTITUCIONAL:

Processos Convergência – Estatuto da Cidade

Política social da propriedade / gestão democrática / justa distribuição dos custos e benefícios urbanos

COMPETÊNCIA MUNICIPAL NA REGULAÇÃO E ADEQUAÇÃO USO DA PROPRIEDADE PRIVADA VISANDO O EQUILÍBRIO, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA SOCIAL NA PRODUÇÃO E CONSUMO DA CIDADE.

2001 2003 2004 / 2005 2006 2007-10

Estatuto da Cidade Conselho das Cidades Campanha PDP PNUV/UNIS FNUIS Conselho Gestor Campanha de Ação Municipal ao SMC Plano Urb



CONTEXTUALIZAÇÃO

estratégias:

gestão social da valorização da terra:

- RECUPERAÇÃO DA VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA e redistribuição em benefício da coletividade.
- REGULAÇÃO DO PREÇO DA TERRA definindo como será a organização do crescimento e do funcionamento da cidade como um todo.
- COMBATE À RETENÇÃO ESPECULATIVA DOS IMÓVEIS por meio da indução à ocupação de imóveis vazios ou subutilizados.
- DISTRIBUIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES pela implementação do plano entre proprietários da terra, poder público, construtores, loteadores e cidadãos.



CONTEXTUALIZAÇÃO

estratégias:

regularização e inclusão territorial:

dimensão fundiária

- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANIZAÇÃO dos assentamentos informais ocupados pela população de baixa renda.

dimensão preventiva

- ACESSO À TERRA URBANIZADA para habitação de interesse social em locais com riscos ambientais, com equipamentos urbanos e comunitários e próximos às áreas de trabalho.
- DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS para efetivar os direitos sociais básicos.
- BOAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE em todas as áreas do município.



CONTEXTUALIZAÇÃO

estratégias:

democratização da gestão urbana:

sistema de planejamento e gestão territorial

- INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS: compartilhamento de decisões e responsabilidades na gestão territorial.
- CAPACITAÇÃO PERMANENTE de gestores públicos e lideranças sociais para práticas efetivas de planejamento e gestão territorial.
- DEMOCRATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES territoriais e urbanas.
- ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL: instâncias e mecanismos para atuação integrada.
- MONITORAMENTO: sistemas de avaliação e mecanismos de revisão.



PRO-URBI:

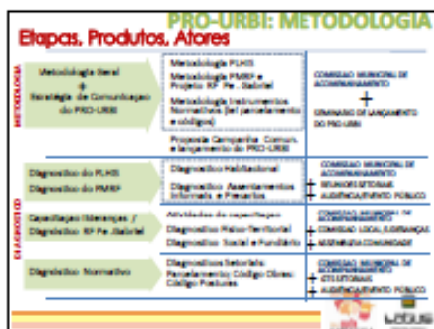
Metodologia-Plano de Trabalho



ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO DO PROURBI

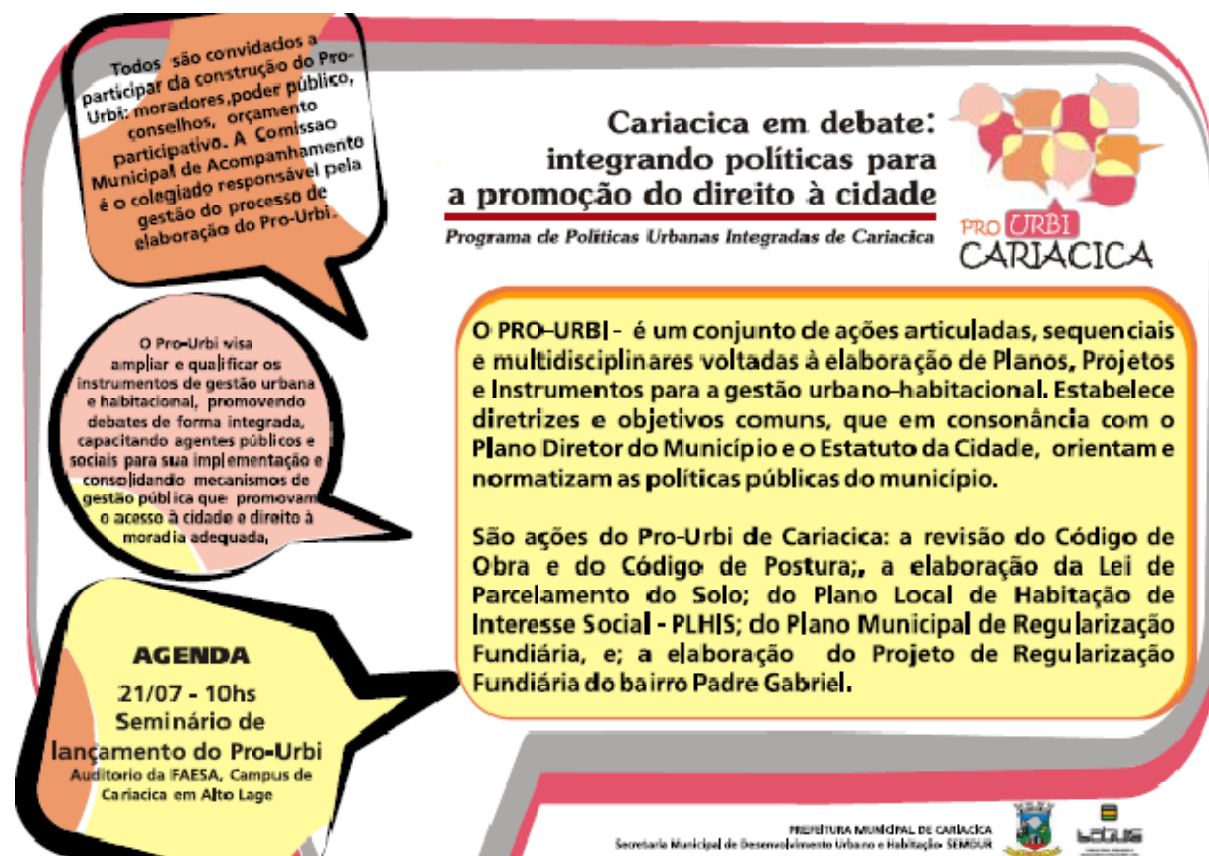
MATERIAL DIDÁTICO APRESENTADO – 5 DE 5

18/9/2012



ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO DO PROURBI

DIVULGAÇÃO – CARTAZ



Todos são convidados a participar da construção do Pro-Urbi: moradores, poder público, conselhos, orçamento participativo. A Comissão Municipal de Acompanhamento é o colegiado responsável pela gestão do processo de elaboração do Pro-Urbi.

O Pro-Urbi visa ampliar e qualificar os instrumentos de gestão urbana e habitacional, promovendo debates de forma integrada, capacitando agentes públicos e sociais para sua implementação e consolidando mecanismos de gestão pública que promovam o acesso à cidade e direito à moradia adequada.

AGENDA
21/07 - 10hs
Seminário de lançamento do Pro-Urbi
Auditório da FAESA, Campus de Cariacica em Alto Lage

Cariacica em debate: integrando políticas para a promoção do direito à cidade
Programa de Políticas Urbanas Integradas de Cariacica

PRO URBI CARIACICA

O PRO-URBI - é um conjunto de ações articuladas, sequenciais e multidisciplinares voltadas à elaboração de Planos, Projetos e Instrumentos para a gestão urbano-habitacional. Estabelece diretrizes e objetivos comuns, que em consonância com o Plano Diretor do Município e o Estatuto da Cidade, orientam e normatizam as políticas públicas do município.

São ações do Pro-Urbi de Cariacica: a revisão do Código de Obra e do Código de Postura; a elaboração da Lei de Parcelamento do Solo; do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS; do Plano Municipal de Regularização Fundiária, e; a elaboração do Projeto de Regularização Fundiária do bairro Padre Gabriel.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEMDUR





CONVITE

Cariacica em debate: integrando políticas para a promoção do direito à cidade

Seminário para construir um programa de políticas urbanas integradas para o município de Cariacica: Plano de Habitação, Plano de Regularização Fundiária, Projeto de Regularização Fundiária do bairro Padre Miguel, revisão do Código de Posturas, Código de Obras e Lei de Parcelamento do Solo.

Dia 21 de julho às 10hs no Auditório da FAESA, Campos de Cariacica, em Alto Lage



PROGRAMAÇÃO:

Abertura - 10hs

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Ricardo Vereza Lodi

Painel 1: Política Urbana e Habitacional e o Direito à Cidade

10:20 hs

Cristiano Muller: Assessor da Relatoria do Direito Humano à Cidade - Plataforma Dhesca Brasil

Painel 2: Integrando Políticas - Construindo o Pro-Urbi

11:00 hs às 13:00hs

Jacqueline Menegassi - Latus Consultoria: O Programa de Políticas Urbanas Integradas do Município de Cariacica

Karla Moroso - Latus Consultoria: A Regularização Fundiária como política de acesso à terra urbanizada

Jacqueline Menegassi - Latus Consultoria: Direito à Moradia: construindo uma política de habitação para Cariacica



ANEXO III - HOMOLOGAÇÃO DA METODOLOGIA DO PLHIS-SEMINARIO DE LANÇAMENTO DO PROURBI

DIVULGAÇÃO – FOLDER

O QUE É O PROGRAMA PRO-URBIS?

O Programa de Habitação Urbana (Programa de Cidades - PRO-C) URB - é um conjunto de ações articuladas, sequenciais e multidisciplinares voltadas à elaboração de planos, projetos e instrumentos para a gestão urbano-habitacional. Inclui-se neste programa a elaboração de planos e projetos de habitação e de serviços urbanos, como, em especial, os de Planejamento Municipal e o Plano de Cidades, orientados e mediados por políticas públicas que visam garantir, privilegiar e promover o acesso universal à cidade e ao direito à moradia adequada.

São ações do Projeto de Criação e Inovação em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Social (CONDESOC), do Ministério da Educação.

Gabriel



QUEM PARTICIPA DO PRO-URB?

[illegible]

O Município de Plano de São Luís, criado em 1988, pela Lei nº 1.438, de 1988, é um instrumento de política urbanística que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental da cidade, de acordo com a realidade local e a realidade regional, visando à melhoria da qualidade de vida da população e à preservação do meio ambiente.

O PMSI parte da observação de que a gestão pública, a partir do qual se elaborou, se encontra em uma conjuntura de mudanças, as prioridades, as práticas e os instrumentos legais mudaram, assim a sociedade enfrenta o problema financeiro do município de Curitiba. Em conjunto com a liderança do PMSI, essas ideias elaboraram o projeto piloto de Regulação do Bairro Padre Galvão.

[illegible]

COMO O PROGRAMA ESTÁ ESTRUTURADO?

PLANO LOCAL DE ATRAÇÃO DE INVERTESSO SÓCIO

O livro trata de situações de *Bovine Spongiform Encephalitis* (do inglês, *BSE*) transmitido que, artigos da *Journal National de Habitação e Saúde Social*, *El País*, *Temps* e *Le Monde*. Também há um capítulo de *Habitação e Saúde Social*, em conjunto com a sociedade, estabelecendo as diretrizes, os programas, projetos e ações prioritárias para enfrentar a situação das moradoras habitacionais subocupadas. O livro não aponta as ações imediatas para enfrentar os desafios de vida das pessoas, visto que a busca de recursos para os fundos Nacional de Habitação e *Bovine Spongiform Encephalitis*.



DISTRIBUTION OF INCIDENTAL FISH

Carregado de belos murais que, no âmbito do *Light*, vão estimular a imaginação e a criatividade, a produção pública é privada de acesso e de livre utilização, e, além o uso e aproveitamento desses espaços públicos ou de uso coletivo, a falta de fechamento do Sítio, o Cód por Demarcação Coligada às Terras não Indígenas não possibilita de prefixo, utiliza que o direito de acesso a sítio e uso privado visando a garantir o investimento.

quais são os objetivos do pro-urbi?

O *Prólogo* de *Carta ao leitor* tem por finalidade indicar o que se pode fazer com o *Tratado* e o quanto carece ao leitor a interpretação que se dá da importância que tem para cada leitor. São exemplos de programas, e não de qualificação instrumental de gestão de ações, situações e laboratório de exercícios práticos em debates de temas integrados, especialmente aqueles ligados aos cursos que se desenvolvem. O texto também reconhece os limites da interpretação, que pretende promover a *atuação* dos intérpretes também de forma integrativa.



São direitos para o laboratório e responsáveis ao produzir a partir de sequências de genes e a produção popular com estratégias de construção do mundo de idéias, de modo não a limitação e a produção de valores sociais e políticos.

- [illegible]

